



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

MYLLENE CAROLINNE DAMASIO LOURENÇO

**O EMPREENDEDORISMO DE NECESSIDADE ENTRE
EMPREENDEDORES NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB COMO
FERRAMENTA DE SUPERAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL**

**João Pessoa
2026**

MYLLENE CAROLINNE DAMASIO LOURENÇO

**O EMPREENDEDORISMO DE NECESSIDADE ENTRE EMPREENDEDORES NO
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB COMO FERRAMENTA DE SUPERAÇÃO E
EXCLUSÃO SOCIAL**



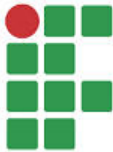
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Orientador(a): Dra. Rebeca Cordeiro da Cunha Araujo

**JOÃO PESSOA
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *Campus* João Pessoa

L892e	<p>Lourenço, Myllene Carolinne Damasio.</p> <p>O empreendedorismo de necessidade entre empreendedores no município de João Pessoa – PB como ferramenta de superação e exclusão social / Myllene Carolinne Damasio Lourenço. - 2026. 72 f. : il.</p> <p>TCC (Graduação – Curso Superior de Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, 2026.</p> <p>Orientação: Profª Dra. Rebeca Cordeiro da Cunha Araújo. 1. Empreendedorismo de necessidade. 2. Mercado de trabalho. 3. Vulnerabilidade social. 4. Políticas públicas. 5. João Pessoa – PB. I. Título.</p> <p>CDU 005.342:331.5(043)</p>
-------	---

 <p>INSTITUTO FEDERAL Paraíba</p>	<p>CAMPUS JOÃO PESSOA COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS JOÃO PESSOA</p>
---	--

AVALIAÇÃO 68/2026 - CCSBA/UA5/UA/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

Em 11 de junho de 2026.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Myllene Carolinne Damasio Lourenço

Matrícula 20221460030

O EMPREENDEDORISMO DE NECESSIDADE ENTRE EMPREENDEDORES NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB COMO FERRAMENTA DE SUPERAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em **09/junho/2026**, às **19:00** no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, 11 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Rebeca Cordeiro da Cunha Araújo (IFPB)

Orientador(a)

Karoline Fernandes Siqueira Campos (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Vinicius Batista Campos (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rebeca Cordeiro da Cunha Araujo, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 11/06/2026 18:41:35.
- **Karoline Fernandes Siqueira Campos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 11/06/2026 18:42:30.
- **Vinicius Batista Campos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 11/06/2026 19:20:27.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/06/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 891475

Código de Autenticação: 0eb65386af



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

Para Maria Fernanda, minha irmã, melhor amiga e razão de viver.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e coragem ao longo de toda essa caminhada.

À minha mãe, que lutou incansavelmente para que eu pudesse chegar até aqui, enfrentando preconceitos e inúmeros obstáculos. Mesmo diante de dúvidas e dificuldades, construiu sua trajetória e formou sua filha em um Instituto Federal. Você é meu maior exemplo de força, determinação e coragem.

À Fernanda, que, com sua força de viver, me ensinou a olhar com mais cuidado e carinho para a minha própria vida. Espero poder cuidar e proteger você sempre.

À Cecília, Lucielle, Michael, Pedro e Hugo, meu sincero agradecimento pelo apoio e contribuição, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

À professora Rebeca, que, com excelência e dedicação, me guiou ao longo de toda a orientação. Sem sua condução, eu não teria conseguido chegar até aqui. Cada reunião, cada devolutiva e cada conselho foram essenciais para a conclusão deste trabalho com segurança e tranquilidade.

Por fim, agradeço a mim mesma, por não ter desistido, por ter encontrado força para pedir ajuda quando necessário e por continuar lutando mesmo quando a vitória parecia distante. Por enfrentar as adversidades e, acima de tudo, nunca desistir de mim.

**“Eu não quero vida de pizzaiolo, e sim ser
dono da pizzeria.”**

Djonga, *Corra* (2018)

RESUMO

O empreendedorismo tem sido amplamente difundido como alternativa de geração de renda e inclusão social, especialmente em contextos de crise econômica e dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. No entanto, observa-se que, em muitos casos, essa inserção ocorre por necessidade, e não por oportunidade, o que levanta questionamentos sobre seus reais impactos nas condições de vida dos indivíduos. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o empreendedorismo de necessidade no município de João Pessoa - PB, investigando seus efeitos como estratégia de superação econômica e, simultaneamente, como possível mecanismo de manutenção da vulnerabilidade social. A metodologia adotada caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada, com abordagem exploratória e descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco empreendedores atuantes em diferentes segmentos, cujas falas foram transcritas e analisadas com base na técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que o ingresso no empreendedorismo está majoritariamente associado à necessidade, motivado por fatores como desemprego, dificuldades de acesso ao trabalho formal e busca por autonomia financeira. Observou-se que, embora o empreendedorismo proporcione ganhos como o aumento do poder de compra, o desenvolvimento de habilidades e uma maior autonomia, esses benefícios estão frequentemente condicionados a jornadas extensas de trabalho e à ausência de proteção social. Além disso, verificou-se baixa adesão às políticas públicas, decorrente principalmente do desconhecimento, da dificuldade de acesso ao crédito e da descrença nas instituições. Em alguns casos, o empreendedorismo contribuiu para a melhoria das condições de vida; em outros, resultou em endividamento e instabilidade econômica. Conclui-se que o empreendedorismo de necessidade apresenta caráter ambíguo, funcionando simultaneamente como estratégia de sobrevivência e como possível fator de reprodução da precariedade, evidenciando a importância do fortalecimento de políticas públicas mais acessíveis e eficazes para esse público.

Palavras-chave: Empreendedorismo de necessidade. Mercado de trabalho. Vulnerabilidade social. Políticas públicas. João Pessoa - PB.

ABSTRACT

Entrepreneurship has been widely promoted as an alternative for income generation and social inclusion, especially in contexts of economic crisis and difficulties in entering the formal labor market. However, it is observed that, in many cases, this entry occurs out of necessity, not opportunity, which raises questions about its real impacts on individuals' living conditions. In this context, the present study aims to analyze necessity-driven entrepreneurship in the municipality of João Pessoa - PB, investigating its effects as a strategy for overcoming economic hardship and, simultaneously, as a possible mechanism for maintaining social vulnerability. The methodology adopted is qualitative, applied in nature, with an exploratory and descriptive approach. Data collection was carried out through semi-structured interviews with five entrepreneurs working in different segments, whose statements were transcribed and analyzed using content analysis techniques. The results show that entry into entrepreneurship is mainly associated with necessity, motivated by factors such as unemployment, difficulties in accessing formal work, and the search for financial autonomy. It was observed that, although entrepreneurship provides gains such as increased purchasing power, skills development, and greater autonomy, these benefits are often conditioned by long working hours and a lack of social protection. Furthermore, low adherence to public policies was observed, mainly due to lack of awareness, difficulty accessing credit, and distrust in institutions. In some cases, entrepreneurship contributed to improved living conditions; in others, it resulted in indebtedness and economic instability. It is concluded that necessity-driven entrepreneurship has an ambiguous character, functioning simultaneously as a survival strategy and as a possible factor in the reproduction of precariousness, highlighting the importance of strengthening more accessible and effective public policies for this population.

Keywords: Necessity-driven entrepreneurship. Labor market. Social vulnerability. Public policy. João Pessoa - PB.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Perfil dos empreendedores entrevistados.....	27
QUADRO 2: Fatores motivacionais.....	29
QUADRO 3: Condições socioeconômicas.....	29
QUADRO 4: Acesso às políticas públicas.....	29
QUADRO 5: Impactos do empreendedorismo.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivo Geral.....	14
1.1.2 Objetivos Específicos.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 EMPREENDEDORISMO: CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS.....	16
2.2 EMPREENDEDORISMO DE NECESSIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	17
2.3 FATORES DETERMINANTES DO EMPREENDEDORISMO DE NECESSIDADE....	19
2.4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E VULNERABILIDADE DOS EMPREENDEDORES.....	19
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO E SEUS LIMITES	21
2.6 EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO SOCIAL.....	23
2.7 JORNADA DE TRABALHO, QUALIDADE DE VIDA E AUTOEXPLORAÇÃO.....	24
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	27
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	27
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	28
3.4 PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE DADOS.....	29
4.1 PERFIL DOS EMPREENDEDORES ENTREVISTADOS.....	31
4.2 FATORES QUE LEVARAM AO EMPREENDEDORISMO.....	32
4.3 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS EMPREENDEDORES.....	34
4.4 ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	38
4.5 EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO SOCIAL.....	41
4.6 JORNADA DE TRABALHO, QUALIDADE DE VIDA E AUTOEXPLORAÇÃO.....	44
4.7 SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE A - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADOS PELOS PARTICIPANTES.....	54
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	69
APÊNDICE C - ESTRUTURA DE REFERÊNCIA PARA A ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem se consolidado como um fenômeno crescente no Brasil nas últimas décadas, sendo frequentemente associado ao desenvolvimento econômico, à geração de renda e à inclusão produtiva. Dados divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com a Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (ANEGEPE), indicam que aproximadamente 48 milhões de brasileiros têm o desejo de possuir um negócio próprio. Esse dado evidencia a centralidade que o empreendedorismo passou a ocupar no imaginário social e nas estratégias de inserção econômica da população.

Sob a ótica da Administração, o empreendedorismo é tradicionalmente associado à inovação e à identificação de oportunidades, conforme destacado por Joseph Schumpeter, que define o empreendedor como agente de transformação econômica. De forma complementar, Peter Drucker compreende o empreendedorismo como prática orientada à exploração de oportunidades. No entanto, essa concepção não abarca integralmente a realidade de países marcados por desigualdades estruturais, como o Brasil, onde grande parte dos empreendimentos surge não por oportunidade, mas por necessidade.

Nesse contexto, o empreendedorismo de necessidade emerge como alternativa à escassez de empregos formais, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis. Conforme destacado em análises do SEBRAE, esse perfil é composto majoritariamente por indivíduos de baixa escolaridade, mulheres, jovens e pessoas negras, o que evidencia a relação direta entre empreendedorismo e desigualdade social. Essa realidade reforça a compreensão de que o empreendedorismo, embora possa representar uma via de inclusão econômica, também está profundamente condicionado por fatores estruturais.

No município de João Pessoa – PB, essa dinâmica se manifesta de forma concreta na trajetória de diversos empreendedores que iniciam negócios como estratégia de sobrevivência diante da limitação de oportunidades no mercado formal de trabalho. Ainda que a atividade empreendedora proporcione elementos de superação social, como a geração de renda, o desenvolvimento de habilidades gerenciais e a conquista de certa autonomia financeira, tais avanços não garantem, necessariamente, a inserção plena desses indivíduos nas redes de proteção social e econômica.

Do ponto de vista institucional, conforme argumenta Douglass North, o desempenho econômico dos indivíduos está diretamente relacionado às estruturas institucionais que regulam o acesso a recursos e oportunidades. Nesse sentido, a dificuldade de acesso a crédito,

a limitação de políticas públicas eficazes e a fragilidade dos mecanismos de proteção social contribuem para a manutenção desses empreendedores em condições de vulnerabilidade.

Além disso, a intensificação da jornada de trabalho e a ausência de direitos trabalhistas formais evidenciam um processo de autoexploração, no qual o próprio empreendedor assume integralmente os riscos do negócio. Essa dinâmica pode comprometer a qualidade de vida e as relações familiares, aproximando-se das reflexões de Richard Sennett sobre as transformações contemporâneas do trabalho e seus impactos na vida social.

A motivação para a realização desta pesquisa surge da observação empírica de que o empreendedorismo, no contexto local, tem sido frequentemente adotado não como escolha, mas como imposição diante da ausência de alternativas formais de trabalho. Tal percepção estende-se à observação do contexto socioeconômico regional e das redes comunitárias locais, reforçando a relevância social, acadêmica e científica do estudo.

Para a formação em Administração, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o empreendedorismo, ultrapassando a abordagem tradicional centrada exclusivamente na inovação e no sucesso empresarial. Ao compreender as múltiplas dimensões do empreendedorismo de necessidade, o futuro profissional amplia sua capacidade de análise e atuação em contextos complexos.

No âmbito acadêmico, o estudo se mostra relevante por aprofundar a discussão sobre o empreendedorismo em contextos de vulnerabilidade, articulando aspectos econômicos, sociais e institucionais. Para a sociedade, a pesquisa contribui ao dar visibilidade às condições vivenciadas por esses empreendedores, possibilitando reflexões que podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Diante desse contexto, a pesquisa é orientada pela seguinte questão: De que maneira o empreendedorismo de necessidade entre empreendedores no município de João Pessoa – PB se relaciona com a ausência de oportunidades no mercado de trabalho formal e em que medida essa prática se configura como ferramenta de superação socioeconômica ou de reprodução da exclusão social?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos do empreendedorismo de necessidade no município de João Pessoa - PB, sob a perspectiva de sua dualidade como estratégia de superação econômica e, simultaneamente, como mecanismo de manutenção da exclusão social.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os principais fatores motivacionais que impulsionaram os indivíduos a ingressarem no empreendedorismo de necessidade;
- b) Caracterizar o perfil socioeconômico dos empreendedores investigados;
- c) Verificar os entraves e as dificuldades enfrentadas por esse público no acesso às políticas públicas de apoio ao empreendedorismo;
- d) Investigar as evidências de superação social proporcionadas pela atividade empreendedora, tais como ganhos em qualidade de vida, autonomia financeira e desenvolvimento de habilidades;
- e) Avaliar os reflexos da jornada de trabalho nas relações familiares e na qualidade de vida dos sujeitos, sob a ótica do fenômeno da autoexploração.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender de forma mais aprofundada o fenômeno do empreendedorismo de necessidade, é fundamental analisar os fatores que levam indivíduos a iniciar seus negócios como estratégia de sobrevivência, bem como investigar as condições socioeconômicas em que esses empreendedores estão inseridos. Além disso, torna-se necessário examinar o papel das políticas públicas de apoio ao empreendedorismo, os elementos de superação social proporcionados pela atividade empreendedora e, por fim, os impactos da jornada de trabalho na qualidade de vida e nas relações familiares, especialmente no que se refere ao fenômeno da auto exploração.

2.1 EMPREENDEDORISMO: CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS

O empreendedorismo é amplamente estudado no campo da Administração como um fenômeno essencial para o desenvolvimento econômico e social. Diferentes autores abordam o tema sob perspectivas distintas, destacando aspectos como inovação, comportamento e identificação de oportunidades.

Para Joseph Schumpeter (1982), o empreendedorismo está diretamente relacionado à inovação, sendo considerado o principal motor do desenvolvimento econômico. Em contraposição ao modelo neoclássico de equilíbrio estático, o autor introduz o conceito de “destruição criadora”, no qual novas inovações substituem estruturas anteriores, promovendo transformações na economia. Esse processo envolve a introdução de novos produtos, tecnologias, métodos de produção, mercados e formas organizacionais, tornando obsoletos os modelos anteriores e impulsionando o progresso técnico.

Nesse contexto, o empreendedor é definido como o agente responsável por implementar essas inovações, atuando como protagonista na transformação econômica. Schumpeter também destaca que a inovação ocorre em ciclos, caracterizados por períodos de expansão e posterior desaceleração. Assim, o capitalismo é compreendido como um sistema dinâmico, no qual a competição se dá principalmente pela introdução de novas tecnologias e soluções. Para o autor, o desenvolvimento econômico está associado a mudanças qualitativas impulsionadas pela inovação, e não apenas ao crescimento quantitativo.

Sob outra perspectiva, Peter Drucker (1987) compreende o empreendedorismo não apenas como a criação de novos negócios, mas como um comportamento orientado à inovação e à exploração de oportunidades. Para o autor, o empreendedor busca

sistematicamente mudanças no ambiente e as utiliza como base para a criação de valor, com foco no atendimento às necessidades do cliente.

Drucker enfatiza que a inovação é essencial para a sustentabilidade dos negócios e pode surgir de diferentes fontes, como mudanças no mercado, transformações demográficas, novas tecnologias e necessidades de processos. Além disso, destaca a importância de iniciar empreendimentos de forma estruturada, muitas vezes em nichos específicos, com foco claro na missão organizacional. Para o autor, manter-se em condições de estabilidade pode ser mais arriscado do que inovar, o que reforça a necessidade de adaptação constante por parte das organizações.

A perspectiva comportamental do empreendedorismo é abordada por David McClelland (1961), que relaciona o sucesso empreendedor ao desenvolvimento de características comportamentais específicas. Segundo o autor, o desempenho do empreendedor não depende apenas de habilidades técnicas ou de incentivos externos, mas também de aspectos atitudinais, como iniciativa, persistência e planejamento.

Entre essas características, destaca-se a necessidade de realização, que leva o indivíduo a buscar desafios, estabelecer metas claras e direcionar esforços para o aprimoramento contínuo. Indivíduos com esse perfil tendem a assumir responsabilidades, valorizar o desempenho e buscar constantemente melhores resultados. No entanto, McClelland ressalta que essas características devem ser aplicadas de forma equilibrada, pois o estabelecimento de metas irreais pode comprometer o desempenho e gerar frustração.

Dessa forma, o empreendedorismo pode ser compreendido como um fenômeno multidimensional, que envolve tanto a capacidade de inovação e transformação econômica quanto o desenvolvimento de competências comportamentais e a habilidade de identificar e explorar oportunidades.

2.2 EMPREENDEDORISMO DE NECESSIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO

O empreendedorismo no Brasil tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos, sendo frequentemente associado à geração de renda e à inclusão produtiva. Dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) de 2024-2025, divulgados em parceria com o SEBRAE, indicam que aproximadamente 40% da população adulta brasileira pretende abrir um negócio nos próximos três anos, colocando o país entre os índices mais elevados do mundo em intenção empreendedora.

Entretanto, esse cenário não reflete necessariamente um ambiente favorável ao empreendedorismo por oportunidade. Ainda segundo o GEM, mais de quatro em cada dez empreendimentos no Brasil são motivados pela ausência de alternativas de renda, evidenciando a predominância do empreendedorismo de necessidade e revelando fragilidades estruturais no mercado de trabalho e na dinâmica econômica do país.

Nesse contexto, José Dornelas (2001) define o empreendedorismo de necessidade como aquele em que o indivíduo inicia um negócio por falta de opções no mercado de trabalho formal. Segundo o autor, esses empreendimentos tendem a surgir de forma informal, com baixo nível de planejamento e alta taxa de mortalidade, o que limita seu potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico (Dornelas, 2001, p. 9). Esse tipo de empreendedorismo é mais recorrente em países em desenvolvimento, como o Brasil, estando diretamente relacionado às condições socioeconômicas da população.

Complementando essa análise, Fernando Dolabela (2005), ao discutir o cenário brasileiro, destaca que o aumento das taxas de empreendedorismo pode estar associado a períodos de baixo crescimento econômico e escassez de empregos formais. Segundo o autor, grande parte da população, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, não possui acesso adequado à educação formal e, conseqüentemente, encontra dificuldades de inserção no mercado de trabalho, recorrendo ao empreendedorismo como forma de sobrevivência (Dolabela, 2005, p. 14).

Nesse sentido, o empreendedorismo de necessidade pode ser compreendido como uma resposta às limitações estruturais da sociedade brasileira. Conforme argumenta Dolabela (2005), o indivíduo, diante da impossibilidade de acesso a empregos formais, busca alternativas para garantir sua subsistência, assumindo o papel de empreendedor não por escolha, mas por imposição das circunstâncias. Esse processo revela características marcantes da realidade social brasileira, na qual o empreendedorismo surge como estratégia de enfrentamento à pobreza e à exclusão.

Por outro lado, o autor também destaca o potencial transformador do empreendedorismo quando associado à inovação e ao desenvolvimento social. Segundo Dolabela (2005), o empreendedorismo pode atuar como instrumento de combate à miséria, especialmente quando estimula a capacidade criativa e a autonomia dos indivíduos, contribuindo para a construção de alternativas econômicas em contextos de vulnerabilidade.

Dessa forma, observa-se que o empreendedorismo de necessidade no Brasil apresenta uma dualidade: ao mesmo tempo em que se configura como uma estratégia de sobrevivência diante da ausência de oportunidades, também pode representar um caminho para a inclusão

produtiva e o desenvolvimento social. No entanto, sua efetividade como instrumento de mobilidade econômica depende diretamente das condições estruturais, do acesso a recursos e das políticas públicas de apoio, evidenciando os limites desse fenômeno em contextos marcados pela desigualdade.

2.3 FATORES DETERMINANTES DO EMPREENDEDORISMO DE NECESSIDADE

A compreensão dos fatores determinantes do empreendedorismo de necessidade exige a análise das condições econômicas e sociais que influenciam a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Entre esses fatores, destaca-se o desemprego, a informalidade, a baixa renda e a ausência de oportunidades formais de ocupação.

Nesse sentido, Ricardo Antunes (2019) aponta que o desemprego configura-se como o principal fator impulsionador do empreendedorismo de necessidade, especialmente em contextos marcados pela precarização das relações de trabalho. Para o autor, muitos indivíduos passam a empreender não por escolha, mas por imposição das circunstâncias, adotando essa estratégia como forma de garantir sua sobrevivência.

Além disso, a informalidade e a fragilização dos direitos trabalhistas contribuem para esse cenário, ampliando o número de pessoas que recorrem a atividades empreendedoras como alternativa à exclusão do mercado formal. Dessa forma, o empreendedorismo surge como resposta às limitações estruturais do sistema econômico.

Complementando essa análise, o estudo de Gláucia Maria Vasconcelos Vale (2014) evidencia a relação entre condições socioeconômicas e empreendedorismo de necessidade. A autora identifica que a maioria dos empreendedores analisados pertence a estratos médio-baixos e baixos, sendo motivados por fatores como desemprego, necessidade de aumento de renda e dificuldades financeiras.

Os resultados indicam que muitos desses indivíduos não tinham como objetivo inicial empreender, mas foram levados a essa atividade diante da ausência de alternativas no mercado de trabalho. Dessa forma, os fatores determinantes do empreendedorismo de necessidade no Brasil estão diretamente associados à vulnerabilidade social, à desigualdade econômica e às limitações de acesso a oportunidades formais de emprego.

2.4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E VULNERABILIDADE DOS EMPREENDEDORES

A análise das condições socioeconômicas é fundamental para desmistificar a concepção de que o empreendedorismo resulta exclusivamente de uma escolha individual, evidenciando-o, em muitos casos, como expressão direta da estratificação social. De acordo com dados do Global Entrepreneurship Monitor (2025), cerca de 71% dos empreendedores iniciais no Brasil afirmam que a principal motivação para abrir um negócio é “ganhar a vida porque os empregos são escassos”. Esse dado revela uma vulnerabilidade estrutural, na qual o empreendedorismo deixa de ser um projeto orientado ao investimento e passa a configurar-se como uma estratégia de sobrevivência diante da exclusão do mercado formal de trabalho.

Além dos aspectos relacionados à renda e à inserção no mercado de trabalho, o perfil socioeconômico dos empreendedores de necessidade também é atravessado por fatores como gênero, idade e nível de escolaridade. Dados do GEM (2025) indicam que o empreendedorismo no Brasil apresenta forte presença de grupos socialmente mais vulneráveis, incluindo indivíduos com menor escolaridade e inserção mais instável no mercado de trabalho. Observa-se ainda a participação significativa de mulheres e jovens, o que evidencia que o empreendedorismo, em muitos casos, está associado não apenas à busca por autonomia, mas à necessidade de geração de renda diante de limitações estruturais. Esses fatores impactam diretamente o acesso a recursos, redes de apoio e oportunidades de crescimento, influenciando a sustentabilidade dos negócios.

No campo sociológico, Vale (2014) aprofunda essa discussão ao demonstrar que a origem social e o pertencimento de classe influenciam diretamente as trajetórias empreendedoras. Em sua análise sobre marginalidade e estratificação, a autora evidencia que a maior parte dos empreendedores por necessidade provém de estratos sociais baixos ou médio-baixos, frequentemente oriundos de famílias cujos responsáveis exerciam ocupações pouco qualificadas e marcadas pela precariedade. Nesse sentido, Vale (2014) argumenta que a escassez de capital social e a fragilidade das redes de relacionamento, mais robustas entre os estratos superiores, restringem esses indivíduos a atividades de subsistência, caracterizadas por baixa intensidade tecnológica e elevada exposição ao risco, dificultando, assim, processos consistentes de mobilidade social ascendente.

Essa realidade, observada em âmbito nacional e sustentada teoricamente, assume contornos ainda mais específicos no contexto do município de João Pessoa. Em pesquisa realizada nos mercados públicos da zona norte da capital paraibana, Chagas (2023) identificou que o perfil predominante dos empreendedores por necessidade é composto por indivíduos que dependem exclusivamente do negócio como fonte de renda familiar. A autora ressalta que, em contextos locais, fatores como baixa escolaridade e urgência financeira inviabilizam

o planejamento de longo prazo, levando esses trabalhadores a atuarem, majoritariamente, na informalidade e sem reservas de capital.

Dessa forma, a vulnerabilidade socioeconômica desses indivíduos configura-se como uma condição de marginalidade que extrapola a dimensão financeira, assumindo também caráter institucional. Conforme argumenta Vale (2014), a exclusão se materializa justamente quando as redes de proteção social se mostram insuficientes ou inexistentes. No caso do empreendedor em João Pessoa, a ausência de vínculo formal de trabalho implica sua exclusão dos mecanismos de seguridade, fazendo com que qualquer imprevisto, seja de ordem operacional ou de saúde, represente um risco concreto de retorno à pobreza. Assim, as condições socioeconômicas operam como um filtro estrutural que delimita quem pode empreender por oportunidade e quem é compelido a fazê-lo por necessidade.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO E SEUS LIMITES

As políticas públicas de apoio ao empreendedorismo no Brasil têm como objetivo estimular a formalização, promover a geração de renda e ampliar a inclusão produtiva, especialmente entre pequenos negócios. Nesse contexto, destaca-se a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que alterou a Lei Complementar nº 123/2006 e instituiu a figura do Microempreendedor Individual (MEI).

A criação do MEI representou um avanço no processo de formalização de trabalhadores autônomos, ao possibilitar a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) por meio de procedimentos simplificados e com custos reduzidos. Além disso, o regime permite o pagamento de tributos fixos mensais por meio do Simples Nacional (SIMPL), garantindo acesso a benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão. A legislação também autoriza a contratação de um funcionário com remuneração de um salário mínimo ou ao piso da categoria, além de reduzir a burocracia para abertura e encerramento de empresas.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação do Estado na promoção de um ambiente mais favorável ao empreendedorismo, por meio da simplificação de processos, incentivo à formalização e articulação de políticas de desenvolvimento local. Nesse sentido, iniciativas como a REDESIM e a atuação de agentes de desenvolvimento buscam integrar ações públicas e facilitar o funcionamento das atividades empreendedoras.

Apesar desses avanços institucionais, observa-se que a efetividade dessas políticas apresenta limitações, especialmente no que se refere às condições reais enfrentadas pelos

empreendedores de necessidade. Nesse sentido, Ricardo Antunes (2019) argumenta que o empreendedorismo tem sido utilizado como um discurso que mascara a precarização do trabalho, sobretudo em contextos de elevado desemprego e fragilização das políticas sociais.

Segundo o autor, o incentivo à formalização por meio do MEI, inclusive para trabalhadores vinculados a plataformas digitais, pode representar uma transferência de responsabilidades do Estado para o indivíduo. Embora esses trabalhadores sejam frequentemente classificados como “empreendedores”, muitos não possuem autonomia efetiva sobre sua atividade, uma vez que não controlam preços, condições de trabalho ou demanda, estando submetidos a mecanismos de avaliação e controle.

Nessa perspectiva, o empreendedorismo pode assumir um caráter ideológico, ao ser apresentado como solução para o desemprego, quando, na prática, contribui para a legitimação de relações de trabalho instáveis e desprovidas de direitos. Dessa forma, a formalização via MEI pode, em determinados casos, funcionar mais como um mecanismo de legalização de formas de trabalho precarizadas do que como instrumento de inclusão social efetiva.

Complementando essa análise, Marcio Pochmann (2023) destaca que o Brasil vivencia um cenário de expansão da economia popular e de subsistência, no qual uma parcela significativa da população economicamente ativa encontra-se inserida em atividades informais ou com baixa proteção social. Para o autor, as políticas públicas atuais ainda se mostram insuficientes para responder à complexidade dessas transformações.

Além disso, Pochmann (2022) aponta que o crescimento do número de microempreendedores individuais está, em muitos casos, associado à conversão de trabalhadores anteriormente assalariados em prestadores de serviço formalizados, o que pode indicar uma flexibilização das relações de trabalho e a redução de custos para empregadores.

Por outro lado, estudos como o de Chagas (2023) ressaltam a importância das políticas públicas para a criação de um ambiente institucional favorável ao empreendedorismo, destacando a necessidade de simplificação tributária, segurança jurídica e diálogo entre o setor público e privado como elementos fundamentais para o desenvolvimento das atividades econômicas.

Entretanto, na prática, muitos empreendedores de necessidade continuam enfrentando dificuldades relacionadas à ausência de apoio estruturado, acesso limitado a recursos e falta de acompanhamento técnico. Nesse contexto, a ideia de que o empreendedor é “seu próprio chefe” tende a ocultar realidades marcadas pela instabilidade financeira, pela auto exploração e pela vulnerabilidade social.

Dessa forma, embora existam políticas públicas voltadas ao incentivo do empreendedorismo, como o MEI, evidencia-se que tais medidas nem sempre são suficientes para garantir condições dignas de trabalho. Os estudos analisados indicam que, embora as políticas de formalização representem avanços institucionais relevantes, sua efetividade como mecanismos de inclusão social ainda encontra limitações em determinados contextos socioeconômicos.

2.6 EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO SOCIAL

O empreendedorismo de necessidade, embora frequentemente associado a contextos de vulnerabilidade, pode também ser compreendido como uma estratégia de superação social, na medida em que possibilita ao indivíduo retomar, ainda que parcialmente, sua autonomia econômica e sua capacidade de participação no mercado. Nesse sentido, a análise proposta por Amartya Sen (2000, p. 129-130), na obra *Desenvolvimento como Liberdade*, oferece um importante referencial teórico ao associar desenvolvimento à ampliação das liberdades individuais.

Para Sen (2000, p. 129-130), a liberdade de participar de transações econômicas, como comprar, vender e trocar, constitui um elemento fundamental da vida em sociedade. A ausência dessa liberdade, seja pela falta de oportunidades no mercado de trabalho ou por restrições estruturais, configura uma forma significativa de privação. Assim, o acesso ao trabalho e à geração de renda não se limita à dimensão econômica, mas representa um fator essencial para a dignidade humana e para a inclusão social.

Nesse contexto, o empreendedorismo de necessidade pode ser interpretado como um mecanismo de recuperação dessa liberdade econômica anteriormente restringida. Ao iniciar uma atividade empreendedora, o indivíduo passa a ter acesso a uma fonte de renda que lhe permite atender necessidades básicas, como alimentação, saúde e moradia, além de possibilitar a participação em atividades sociais e de lazer. Dessa forma, o empreendedorismo contribui para a reconstrução da dignidade e da autonomia, elementos centrais para o bem-estar social.

Entretanto, essa forma de inserção econômica não deve ser idealizada. A retomada da liberdade ocorre, muitas vezes, de maneira parcial e condicionada, uma vez que o empreendedor de necessidade permanece exposto à instabilidade, à ausência de proteção social e à intensificação da jornada de trabalho. Ainda assim, não se pode ignorar que, para

muitos indivíduos, o empreendedorismo representa a única alternativa viável para superar situações de privação extrema.

Complementando essa perspectiva, a abordagem comportamental de David McClelland (1961) contribui para compreender o impacto subjetivo do empreendedorismo na vida dos indivíduos. Segundo o autor, o comportamento empreendedor está fortemente associado à necessidade de realização, caracterizada pelo desejo de alcançar objetivos desafiadores, superar limites e obter reconhecimento pessoal.

Nesse sentido, a atividade empreendedora não proporciona apenas ganhos financeiros, mas também benefícios psicológicos e emocionais. A conquista de resultados por meio do próprio esforço, o desenvolvimento de habilidades e a percepção de progresso contribuem para o fortalecimento da autoestima e da sensação de competência. Para o empreendedor de necessidade, esses elementos assumem papel ainda mais relevante, pois representam não apenas sucesso econômico, mas também uma forma de reconstrução identitária e reinserção social.

Dessa forma, o empreendedorismo de necessidade, apesar de suas limitações estruturais, pode atuar como um instrumento de superação social ao promover a recuperação da autonomia econômica, o fortalecimento da autoestima e a ampliação das possibilidades de participação na vida social. Assim, evidencia-se que, embora não elimine as desigualdades existentes, o empreendedorismo pode representar, para muitos indivíduos, um caminho possível de reconstrução da dignidade e de retomada da liberdade.

2.7 JORNADA DE TRABALHO, QUALIDADE DE VIDA E AUTOEXPLORAÇÃO

A análise da jornada de trabalho no contexto do empreendedorismo de necessidade revela impactos significativos na qualidade de vida e nas relações sociais dos indivíduos, especialmente no que se refere à intensificação do trabalho e à redução do tempo destinado à vida pessoal e familiar. Nesse sentido, a obra *A corrosão do caráter*, de Richard Sennett (1999), contribui para compreender como as transformações no mundo do trabalho afetam a construção da identidade e os vínculos sociais.

Segundo Sennett (1999, p. 82), o capitalismo contemporâneo, marcado pela lógica de curto prazo e pela instabilidade, dificulta a construção de projetos de vida duradouros, levantando questionamentos como a possibilidade de manter relações sociais estáveis e desenvolver uma narrativa coerente de identidade em um contexto fragmentado. O autor argumenta que essa dinâmica corrói características fundamentais do caráter humano,

especialmente aquelas relacionadas à estabilidade, ao compromisso e à construção de vínculos.

Além disso, ao abordar o conflito entre trabalho e família, Sennett (1999, p. 54–57) evidencia como a intensificação da jornada laboral compromete o convívio familiar e a participação ativa na vida dos filhos. A pressão por produtividade e a necessidade de adaptação constante às exigências do trabalho fazem com que o indivíduo vivencie uma sensação de deslocamento e ausência, mesmo quando presente fisicamente no ambiente familiar.

Transpondo essa análise para o contexto do empreendedorismo de necessidade, observa-se que a relação entre tempo de trabalho e renda torna-se ainda mais direta e intensa. Diferentemente do trabalhador formal, cuja remuneração tende a ser estável, o empreendedor depende diretamente do volume de trabalho realizado para garantir sua subsistência. Essa lógica faz com que muitos indivíduos ampliem sua jornada de trabalho de forma significativa, priorizando a geração de renda em detrimento do descanso, do lazer e da convivência familiar.

Esse processo está diretamente relacionado ao fenômeno da autoexploração, no qual o próprio indivíduo assume a responsabilidade por intensificar seu trabalho como estratégia de sobrevivência. Nessa perspectiva, Byung-Chul Han (2015) argumenta que a sociedade contemporânea deixou de ser marcada pela disciplina imposta externamente e passou a operar sob a lógica do desempenho, na qual o sujeito explora a si mesmo acreditando estar exercendo sua liberdade.

Para Han (2015, p. 14–15), o indivíduo contemporâneo é simultaneamente “senhor e escravo de si mesmo”, uma vez que não necessita de um agente externo que o obrigue a trabalhar excessivamente. A pressão por desempenho, associada à necessidade de alcançar resultados, gera um estado constante de esgotamento, no qual o sujeito internaliza as exigências produtivas e passa a se autogerir de forma intensiva. Nesse contexto, o fenômeno do burnout não decorre apenas da sobrecarga física, mas de um esgotamento psicológico relacionado à incapacidade de corresponder às expectativas de desempenho.

Complementando essa análise, Christophe Dejours (1992), na obra *A loucura do trabalho*, discute os impactos da organização do trabalho na saúde mental dos indivíduos. O autor evidencia que a pressão por produtividade, o medo do fracasso e a insegurança em relação à estabilidade econômica contribuem para o sofrimento psíquico, podendo levar ao adoecimento mental.

No caso do empreendedor de necessidade, esses fatores tendem a ser intensificados, uma vez que ele acumula múltiplas funções e assume integralmente os riscos da atividade

econômica. A ausência de garantias trabalhistas, aliada à dependência direta da produtividade para a geração de renda, faz com que o descanso seja frequentemente percebido como perda financeira, reforçando a lógica da auto exploração.

Dessa forma, embora o empreendedorismo possa representar uma alternativa de geração de renda, ele também pode implicar em uma deterioração da qualidade de vida, marcada pelo excesso de trabalho, pela instabilidade e pelo comprometimento das relações familiares. Assim, evidencia-se que a intensificação da jornada de trabalho, longe de ser apenas uma escolha individual, está inserida em um contexto estrutural que condiciona o comportamento dos empreendedores de necessidade, contribuindo para a reprodução de situações de vulnerabilidade e exclusão social.

A compreensão do empreendedorismo de necessidade exige uma leitura multidimensional. Se, por um lado, Amartya Sen (2000) alerta para a importância da liberdade econômica como vetor de desenvolvimento, autores como Antunes (2019) e Pochmann (2023) evidenciam as amarras da precarização e da informalidade. Nesse cenário, as pressões cotidianas do trabalho culminam na autoexploração e na corrosão dos vínculos sociais, fenômenos discutidos respectivamente por Han (2015), Dejours (1992) e Sennett (1999). Essa tessitura teórica demonstra que a autonomia do empreendedor frequentemente mascara a transferência de riscos sociais do Estado para o indivíduo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa, com a descrição dos procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados. São abordados aspectos como a caracterização da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, o instrumento de coleta de dados e a perspectiva de análise das informações obtidas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, uma vez que busca compreender, na prática, o fenômeno do empreendedorismo de necessidade no município de João Pessoa, Paraíba, a partir da realidade vivenciada por empreendedores locais. Segundo Gil (2008), a pesquisa aplicada tem como finalidade gerar conhecimentos voltados à solução de problemas específicos.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois tem como objetivo analisar percepções, experiências e significados atribuídos pelos indivíduos ao fenômeno estudado. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores, atitudes e relações sociais, permitindo uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada.

Em relação aos objetivos, a pesquisa possui caráter descritivo e exploratório. Descritivo, por buscar identificar e relatar as características dos empreendedores e suas condições socioeconômicas; e exploratório, por proporcionar maior familiaridade com o problema estudado. Conforme Gil (2008), pesquisas exploratórias são utilizadas quando há necessidade de aprofundar o conhecimento sobre determinado tema.

No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de campo, pois os dados foram coletados diretamente com os sujeitos da pesquisa, em seu contexto real. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa de campo consiste na observação e coleta de dados no local onde os fenômenos ocorrem.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos de pesquisa foram cinco empreendedores, identificados como Empreendedor 1, Empreendedor 2, Empreendedor 3, Empreendedor 4 e Empreendedor 5, com atuação em diferentes segmentos, incluindo:

- Prestação de serviços
- Área da beleza
- Comércio varejista

A escolha por cinco participantes justificou-se pelo critério de intencionalidade e saturação teórica, quantitativo considerado suficiente para captar a profundidade das experiências e os padrões de significados emergentes, atendendo plenamente à natureza qualitativa dos objetivos propostos.

Os participantes apresentam perfis variados em relação à idade, escolaridade e tempo de atuação, o que contribui para uma análise mais abrangente do fenômeno.

De acordo com Minayo (2001), em pesquisas qualitativas, o critério de amostragem não está relacionado à quantidade de participantes, mas à profundidade e relevância das informações obtidas.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, em que foi elaborado um roteiro com perguntas abertas, organizadas em blocos temáticos alinhados aos objetivos específicos da pesquisa.

Segundo Gil (2008), a entrevista semiestruturada permite maior flexibilidade ao entrevistado, possibilitando aprofundamento das respostas, ao mesmo tempo em que mantém um direcionamento por parte do pesquisador.

O roteiro de entrevista foi dividido em seis blocos:

1. Perfil sociodemográfico;
2. Fatores que levaram ao empreendedorismo;
3. Condições socioeconômicas;
4. Políticas públicas;
5. Superação social;
6. Jornada de trabalho, qualidade de vida e autoexploração.

Ao todo, o instrumento contou com 19 perguntas abertas. A estrutura de referência para a pesquisa consta no **APÊNDICE B**.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com cinco participantes, sendo:

- Duas entrevistas realizadas de forma presencial

- Três entrevistas realizadas de forma remota, utilizando chamadas de áudio por meio do Google Meet e do WhatsApp

As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização prévia, e apresentaram uma duração média de aproximadamente 10 minutos. É fundamental justificar metodologicamente que, a despeito do roteiro ser estruturado com 19 perguntas abertas abrangendo temas complexos, o tempo reduzido de duração reflete uma característica empírica do próprio público investigado. Durante a coleta, observou-se que os empreendedores tendiam a fornecer respostas breves, diretas e objetivas. Ademais, muitos demonstraram dificuldade em elaborar reflexões extensas sobre conceitos mais abstratos, como políticas públicas estruturais e autoexploração, mesmo com a constante mediação e explicação dos termos por parte da pesquisadora para uma linguagem mais acessível e alinhada à realidade prática deles. Esse fator evidencia as próprias limitações educacionais e o distanciamento institucional do contexto investigado, não comprometendo a saturação dos dados. Posteriormente, os áudios foram transcritos de forma literal, garantindo fidelidade às falas dos entrevistados. Conforme Bardin (2011), a transcrição é uma etapa essencial para assegurar a qualidade da análise qualitativa.

Por fim, a fim de cumprir os preceitos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos, todos os participantes foram informados acerca dos objetivos da investigação e concordaram voluntariamente em participar, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no **Apêndice A**. Garantiu-se o sigilo e o anonimato das informações, utilizando os dados exclusivamente para fins acadêmicos e adotando codificações de identidades (Empreendedor 1 a 5).

3.4 PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para a interpretação sistemática de comunicações. Essa abordagem permite identificar, categorizar e interpretar padrões presentes nas falas dos entrevistados, possibilitando uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos por eles às suas experiências.

De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo desenvolve-se em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, foi realizada a leitura flutuante das transcrições das entrevistas, com o objetivo de familiarização com o conteúdo. Em seguida, na fase de exploração do material, procedeu-se à codificação

das falas e à organização em categorias temáticas. Por fim, na etapa de tratamento e interpretação, os dados foram analisados à luz do referencial teórico adotado na pesquisa.

Como as categorias foram definidas a priori, antes da análise, extraídas da teoria e dos objetivos, o movimento científico da pesquisa apresenta caráter dedutivo, partindo da teoria para os dados. A interpretação dos dados foi realizada de forma articulada, cruzando as categorias definidas a priori com as evidências empíricas emergentes dos relatos dos sujeitos. Essas categorias foram operacionalizadas a partir do roteiro de entrevistas (**APÊNDICE B**) e organizadas conforme a estrutura de categorização apresentada no **APÊNDICE C**.

Além disso, optou-se pela utilização de trechos literais das falas dos entrevistados, com o intuito de preservar a autenticidade dos relatos e dar voz aos participantes da pesquisa, prática recomendada em estudos qualitativos (MINAYO, 2001). Essa estratégia contribui para maior fidelidade interpretativa e fortalece a validade dos achados.

A interpretação dos dados foi realizada de forma articulada, cruzando categorias definidas a priori com evidências empíricas emergentes dos relatos dos participantes.

Por fim, os resultados foram discutidos à luz de autores que abordam o mundo do trabalho, o empreendedorismo e a precarização, como Dornelas (2018), Antunes (2009; 2019) e Pochmann (2023), permitindo uma análise crítica e contextualizada dos dados obtidos.

4 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo apresenta a análise e interpretação dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com cinco empreendedores atuantes no município de João Pessoa – PB. Para isso, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que permite a organização, categorização e interpretação das falas dos participantes, possibilitando a identificação de padrões, contradições e significados presentes nos discursos.

A análise foi estruturada com base nos objetivos específicos da pesquisa, organizando-se em categorias temáticas definidas conforme os objetivos específicos: perfil dos empreendedores, fatores que levaram ao empreendedorismo, condições socioeconômicas, acesso às políticas públicas, superação social e, por fim, jornada de trabalho e autoexploração.

O corpus da pesquisa foi composto por cinco entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma presencial e remota (Google Meet e WhatsApp), posteriormente transcritas integralmente. Para garantir o anonimato, os participantes foram identificados como Empreendedor 1, Empreendedor 2, Empreendedor 3, Empreendedor 4 e Empreendedor 5.

4.1 PERFIL DOS EMPREENDEDORES ENTREVISTADOS

A caracterização do perfil dos empreendedores constitui etapa fundamental para compreender o contexto social e econômico em que estão inseridos. Conforme destaca Filion (1999), o perfil do empreendedor influencia diretamente suas decisões, estratégias e resultados.

A seguir, apresenta-se a síntese das características dos entrevistados:

Quadro 1 - Perfil dos empreendedores entrevistados

Participante	Idade	Atividade atual	Escolaridade	Tempo de atuação	Estado civil
Empreendedor 1	38	Cuidadora de idosos	Ensino médio completo	3 anos	Solteira
Empreendedor 2	27	Designer de sobrancelhas	Ensino médio completo	8 anos	Divorciada
Empreendedor 3	42	Comércio de alimentos	Ensino superior incompleto	6 anos	União estável
Empreendedor 4	22	Assistência técnica	Ensino médio completo	4 anos	Solteiro
Empreendedor 5	23	Marca de camisetas	Ensino superior incompleto	3 anos	Solteiro

Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

A pesquisa contou com cinco empreendedores, com idades variando entre 22 e 42 anos, atuando em diferentes segmentos, como prestação de serviços (cuidadora de idosos e design de sobrancelhas), comércio varejista de alimentos, assistência técnica de celulares e marca própria de camisetas. Em relação à escolaridade, observa-se predominância de ensino médio completo e ensino superior incompleto, não havendo entre os entrevistados indivíduos com formação superior concluída. Quanto ao estado civil, identificou-se diversidade entre solteiros, divorciados e indivíduos em união estável.

No que se refere ao tempo de atuação empreendedora, os participantes apresentam experiências que variam entre 3 e 8 anos, indicando que, apesar da relativa juventude do grupo, já possuem uma trajetória consolidada em suas atividades.

De modo geral, os dados revelam um perfil composto majoritariamente por indivíduos jovens, com menos de 50 anos, inseridos em atividades empreendedoras há um período significativo, porém com limitações no acesso à formação educacional formal. Esse aspecto dialoga com a literatura sobre empreendedorismo em contextos de vulnerabilidade social, como apontado por Vale (2014), ao evidenciar que a baixa escolaridade está frequentemente associada a trajetórias marcadas por restrições de oportunidades no mercado formal de trabalho.

Nesse sentido, a inserção desses indivíduos no empreendedorismo pode estar menos relacionada a uma escolha planejada e mais vinculada às condições estruturais que limitam o acesso a empregos formais e qualificados, reforçando a importância de analisar o fenômeno a partir de uma perspectiva socioeconômica mais ampla.

4.2 FATORES QUE LEVARAM AO EMPREENDEDORISMO

A compreensão dos fatores que motivaram o ingresso no empreendedorismo permite identificar se essa decisão está associada à oportunidade ou à necessidade, conforme classificação proposta pelo GEM (2023).

Quadro 2 - Fatores motivacionais

Empreendedor	Motivação principal
Empreendedor 1	Sustento familiar
Empreendedor 2	Independência financeira
Empreendedor 3	Proximidade da família
Empreendedor 4	Autonomia profissional
Empreendedor 5	Renda extra e democratização da arte

Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

A análise das entrevistas evidencia que o ingresso no empreendedorismo, entre os participantes, está majoritariamente associado à necessidade, e não a uma escolha planejada ou orientada por oportunidade. As motivações relatadas refletem trajetórias marcadas por dificuldades de inserção ou permanência no mercado formal de trabalho, além de contextos pessoais e familiares que exigiram geração imediata de renda.

Nesse sentido, observa-se que, tanto na Empreendedora 1 quanto na Empreendedora 2, a dificuldade de acesso ao emprego formal aparece como elemento central na decisão de empreender. A **Empreendedora 1** relata que, mesmo tendo buscado oportunidades sob regime CLT, nunca conseguiu inserção: “Sim, tentei trabalhar CLT, né? Mas nunca consegui. Nunca, nunca assinei minha carteira”. Além disso, sua formalização como MEI ocorreu de forma compulsória, como exigência da empresa para a qual presta serviço: “Eu abri esse MEI extremamente por necessidade. [...] A empresa que eu trabalho é em sistema de MEI, e por necessidade de levar o sustento pra casa, a gente se sujeita a certas coisas”. Sua fala também revela uma percepção crítica sobre o mercado de trabalho, ao apontar a preferência das empresas por vínculos mais flexíveis e sem garantias: “As empresas não querem... preferem mais a informalidade, preferem mais manter o empregado na informalidade do que assinar e ter todos os direitos garantidos”.

De forma semelhante, a **Empreendedora 2** também enfrentou dificuldades de inserção no mercado formal antes de empreender: “Foi difícil, não fui aprovada, não passei no teste de processo seletivo”. Esse relato reforça que o empreendedorismo não surgiu como primeira escolha, mas como alternativa diante da ausência de oportunidades. Além disso, sua decisão está atravessada por um contexto de dependência econômica no âmbito familiar: “Porque quando eu fui mãe e eu estava no meu antigo casamento, eu dependia dele para ter as coisas, e aí eu queria alguma forma de não depender do meu ex-marido”. Assim, em ambos os casos, o empreendedorismo emerge não apenas como estratégia de geração de renda, mas como resposta às limitações estruturais do mercado de trabalho e às condições sociais que restringem a autonomia econômica.

Nos demais casos, embora as motivações apresentem nuances distintas, também se observa a predominância de fatores associados à necessidade. O **Empreendedor 3**, por exemplo, apesar de ter experiência no mercado formal, relata insatisfação com as condições de trabalho e dificuldade de conciliar vida profissional e familiar: “Trabalhei 10 anos e a experiência foi ruim”. Sua decisão de empreender está relacionada ao desejo de maior proximidade com a família, ainda que reconheça que essa escolha não resultou em melhora financeira: “O retorno financeiro era muito melhor do que empreendendo”.

De forma semelhante, o **Empreendedor 4** destaca condições de trabalho precarizadas no regime CLT, marcadas por sobrecarga e desvalorização: “Eu fazia umas três, quatro funções para receber um salário [...] fora a desmoralização que tinha do patrão”. Além disso, evidencia a ausência de controle sobre sua própria rotina: “Eu tinha horário para chegar, mas não tinha horário para sair”. Nesse contexto, o empreendedorismo surge como alternativa para

conquistar autonomia, especialmente em relação ao tempo e às condições de trabalho, ainda que motivado por experiências negativas anteriores.

Por fim, o **Empreendedor 5** apresenta uma trajetória que combina necessidade econômica e motivação pessoal, especialmente relacionada à valorização de sua produção artística: “Era também uma necessidade eu querer mostrar minha arte, meus sentimentos e fazer dinheiro com o que eu tenho”. Ao mesmo tempo, seu relato evidencia limitações financeiras iniciais e a necessidade de permanência no mercado formal como estratégia para viabilizar o empreendimento: “Era meio que obrigatório passar por isso para poder economizar o dinheiro para poder realmente investir”. Assim, embora seu caso apresente elementos de oportunidade, ele também está inserido em um contexto de restrições econômicas, o que reforça o caráter híbrido de sua trajetória.

De forma geral, os relatos convergem para um padrão: todos os entrevistados enfrentaram dificuldades no mercado formal, seja pela ausência de oportunidades, seja por condições de trabalho insatisfatórias. Esse cenário contribuiu diretamente para a decisão de empreender, evidenciando que, na maioria dos casos, o empreendedorismo não representa uma escolha estratégica, mas uma alternativa diante da falta de opções.

Essa realidade dialoga com a literatura sobre empreendedorismo de necessidade. Segundo Dornelas (2001), esse tipo de empreendedorismo surge como resposta à ausência de alternativas no mercado de trabalho, sendo frequentemente associado a contextos de vulnerabilidade social e econômica. Além disso, conforme argumenta Antunes (2019), a precarização das relações de trabalho e a ampliação da informalidade contribuem para impulsionar esse fenômeno, o que se evidencia nas falas dos entrevistados.

Dessa forma, observa-se que o empreendedorismo, no contexto analisado, assume um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que se apresenta como estratégia de sobrevivência e busca por autonomia, também reflete e, em certa medida, reproduz as limitações estruturais do mercado de trabalho, reforçando sua relação com a vulnerabilidade social.

4.3 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS EMPREENDEDORES

A análise das condições socioeconômicas permite avaliar se o empreendedorismo tem contribuído para a melhoria das condições de vida dos entrevistados ou para a manutenção de situações de vulnerabilidade, conforme discutido por Standing (2013).

Empreendedor	A renda é suficiente?	Situação financeira
Empreendedor 1	Sim	Instável
Empreendedor 2	Sim	Estável
Empreendedor 3	Não	Endividado
Empreendedor 4	Sim	Estável
Empreendedor 5	Não	Limitada

Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

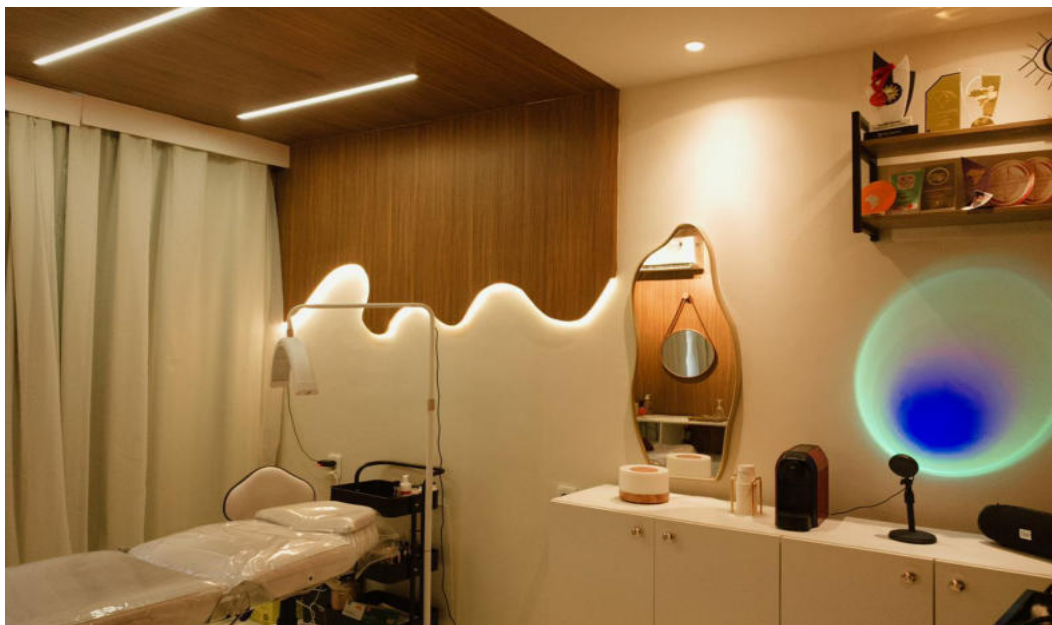
Com base nos relatos coletados, observa-se uma diversidade significativa nas condições financeiras dos participantes, evidenciando que o empreendedorismo não produz resultados uniformes, podendo tanto gerar estabilidade quanto intensificar precariedades. De forma geral, as falas revelam que a suficiência de renda, quando existente, está frequentemente condicionada a fatores como alta carga de trabalho, aprendizado prático de gestão ou acúmulo de funções.

Nesse sentido, a situação da **Empreendedora 1** evidencia de forma clara a fragilidade dessa estabilidade. Embora afirme que sua renda é suficiente, essa condição está diretamente vinculada a uma rotina de trabalho exaustiva: “É, mas trabalhando muito. Muito cansada, sobrecarregada, noites de sono acordada. Dá por causa disso”. Esse relato demonstra que a suficiência de renda não está associada a uma condição de equilíbrio, mas a um processo de intensificação do trabalho, no qual o esforço físico e emocional se torna condição para a sobrevivência. Assim, a aparente estabilidade financeira se mostra frágil e sustentada pela sobrecarga, o que limita diretamente a qualidade de vida

Em contraste, a **Empreendedora 2** apresenta uma condição socioeconômica mais estruturada, marcada por organização financeira e maior previsibilidade. Seu relato evidencia práticas de gestão que contribuem para a estabilidade do negócio: “Eu tiro como se fosse um pró-labore. Então um dinheiro eu pego para mim [...] outra parte é para reinvestimento do negócio e outra parte é para guardar para futuras emergências”. Além disso, a entrevistada destaca melhorias concretas em sua qualidade de vida após o início da atividade empreendedora: “Eu consigo colocar elas em escolas particulares. Alimentação também conta muito, passeios, viagens [...] não encontro mais dificuldade em querer alguma coisa”. Esse caso evidencia que, embora inserido no contexto do empreendedorismo de necessidade, é possível alcançar um certo nível de estabilidade quando há organização financeira e

desenvolvimento de competências gerenciais, o que diferencia sua trajetória dos demais participantes.

Foto 1 - Espaço de atendimento da Empreendedora 2



Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

Por outro lado, o **Empreendedor 3** representa um cenário de vulnerabilidade acentuada, no qual o empreendedorismo não apenas falhou em promover estabilidade, mas contribuiu para o agravamento da situação financeira. Seu relato explicita um processo contínuo de endividamento: “Em seis anos eu acumulei R\$60 mil reais de dívida. Em cada ano eu acumulo R\$10 mil reais. [...] no momento eu tô no vermelho”. Além disso, evidencia a insuficiência da renda gerada pelo negócio: “A renda não é suficiente para as minhas necessidades”. Aprofundando a análise sob a ótica da gestão em Administração, o endividamento crônico do Empreendedor 3 evidencia falhas estruturais severas em sua educação e organização financeira. O relato revela que a ausência de separação entre o caixa da empresa e as finanças pessoais fere diretamente o princípio contábil da entidade, mascarando a real lucratividade do negócio e inviabilizando a formação de capital de giro. Somado a isso, a utilização de métodos gerenciais rudimentares, restritos a anotações em um caderno, impede qualquer planejamento financeiro estratégico. Consequentemente, para cobrir os déficits no fluxo de caixa gerados por essa desorganização, o empreendedor recorre frequentemente a linhas de crédito de altíssimo custo, como rotativo do cartão de crédito e

cheque especial. Essa fragilidade na gestão retroalimenta continuamente o ciclo de dívidas de R\$60 mil, tornando a operação financeira do empreendimento insustentável.

O **Empreendedor 4**, por sua vez, apresenta uma condição intermediária, na qual a estabilidade financeira foi alcançada de forma gradual, a partir do aprendizado prático na gestão do negócio. Sua fala evidencia a dificuldade inicial e a recente conquista de organização financeira: “Agora eu estou separando [...] dinheiro do caixa e meu dinheiro. [...] foi muito difícil para mim essa parte”. Esse relato indica que a melhoria das condições socioeconômicas não ocorre de forma imediata, mas depende de um processo de adaptação, aprendizado e amadurecimento na condução do negócio.

Por fim, o **Empreendedor 5** evidencia uma situação de limitação financeira, na qual o empreendimento ainda não alcançou sustentabilidade. Sua fala demonstra a necessidade de complementar renda e lidar com oscilações no faturamento: “Às vezes as camisas não dão o valor suficiente pelo mês [...] a gente tem que esperar o lucro do outro mês”. Além disso, destaca a necessidade de utilizar recursos do próprio negócio para cobrir despesas pessoais: “A gente sempre tem que utilizar um pouco do dinheiro da ‘Hippiex’ para a minha vida”. Esse cenário evidencia a dificuldade de consolidação do negócio e reforça a ideia de instabilidade financeira, comum entre empreendimentos em estágio inicial ou com baixo capital.

De forma geral, os dados revelam que a suficiência de renda não implica, necessariamente, em estabilidade socioeconômica. Em muitos casos, essa condição está associada à intensificação do trabalho, à ausência de descanso e à instabilidade financeira, o que limita seus efeitos positivos na qualidade de vida.

Essa ambiguidade dialoga com a análise de Antunes (2019), ao evidenciar que as novas configurações do trabalho, marcadas pela flexibilização e pela informalidade, tendem a transferir os riscos econômicos para o indivíduo. Nesse contexto, a aparente autonomia do empreendedor frequentemente encobre relações de precarização e insegurança.

Um exemplo emblemático dessa contradição é o caso do **Empreendedor 3**, que, ao deixar o trabalho formal em busca de maior autonomia, passou a enfrentar endividamento e instabilidade financeira. Da mesma forma, a **Empreendedora 1** evidencia que, mesmo com renda suficiente, a sobrecarga de trabalho compromete sua qualidade de vida, revelando os limites dessa autonomia.

Dessa forma, observa-se que o empreendedorismo, no contexto analisado, atua de maneira dual: ao mesmo tempo em que possibilita estratégias de sobrevivência e avanços pontuais nas condições de vida, também pode reproduzir e, em alguns casos, intensificar situações de vulnerabilidade socioeconômica. Tal resultado reforça que a efetividade do

empreendedorismo como instrumento de mobilidade social está diretamente condicionada às condições estruturais, ao acesso a recursos e às políticas públicas ineficazes.

4.4 ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

A literatura aponta que políticas públicas são fundamentais para o fortalecimento do pequeno empreendedor (SEBRAE, 2022). No entanto, o acesso a essas políticas ainda é limitado como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 4 - Acesso às políticas públicas

Empreendedor	Já procurou apoio de políticas públicas?	Dificuldade encontrada	Percepções sobre as políticas públicas	Sugestões de melhoria
Empreendedor 1	Não	Não soube explicar por que nunca procurou	Falta de direitos	Ampliação de direitos e garantias sociais para MEI
Empreendedor 2	Não	Falta de conhecimento e informação	Dificuldade de acesso a crédito para iniciar ou investir	Empréstimos com juros mais baixos e maior acessibilidade ao crédito
Empreendedor 3	Sim	Não teve	Dificuldade na transição para outros regimes	Ampliação do limite do MEI e criação de transição gradual para o Simples Nacional
Empreendedor 4	Não	Descrença nas instituições públicas e medo de represálias	Denúncia ausência de serviços públicos	Maior atuação do poder público em infraestrutura, segurança e suporte ao pequeno empreendedor
Empreendedor 5	Não	Falta de divulgação e desconhecimento	Reconhece que políticas	Mais divulgação,

		das políticas	públicas seriam úteis, mas não chegam ao empreendedor	incentivo e ampliação de linhas de crédito
--	--	---------------	---	--

Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

A análise do acesso às políticas públicas evidencia um cenário marcado por baixa adesão, desconhecimento e insatisfação por parte dos empreendedores entrevistados. De forma geral, observa-se que a maioria dos participantes nunca buscou ou acessou políticas públicas de apoio ao empreendedorismo, seja por falta de informação, seja por descrença na efetividade dessas iniciativas.

Nesse sentido, tanto a **Empreendedora 1** quanto a **Empreendedora 2** ilustram a ausência de acesso às políticas públicas, ainda que por motivos distintos. A **Empreendedora 1** afirma nunca ter buscado apoio e, ao ser questionada sobre o motivo, não consegue apresentar uma justificativa clara: “Não sei também por que nunca procurei.” Apesar disso, sua fala evidencia uma percepção crítica em relação à ausência de direitos e garantias no regime do MEI: “Você não tem férias, você não tem um lazer, você não tem um FGTS, você não... você não tem nada. É você por você. Se você não contribuir, se você não trabalhar, já era”. Esse relato revela que, embora formalizada, a entrevistada não percebe retorno efetivo por parte do Estado, o que contribui para o distanciamento em relação às políticas públicas e reforça a sensação de desproteção social.

De forma semelhante, a **Empreendedora 2** também não acessou políticas públicas, porém associa essa ausência à falta de informação e dificuldade de acesso: “Nunca consegui chegar a essas pessoas”. Ao mesmo tempo, sua fala evidencia a centralidade do crédito como necessidade para o desenvolvimento do negócio: “Uma das formas seria empréstimos pessoais com juros mais baixos para poder fazer reinvestimento [...] porque é difícil para quem vai começar”. Esse caso demonstra que, mesmo quando há percepção da importância das políticas públicas, barreiras informacionais impedem o acesso, limitando seu alcance entre os pequenos empreendedores.

Em contraste, o **Empreendedor 3** é o único que buscou apoio institucional, mencionando participação em iniciativa da prefeitura: “Estou procurando agora [...] vou participar de duas aulas no ‘Eu Posso’ da prefeitura de João Pessoa”. Apesar desse acesso, sua percepção sobre as políticas públicas é marcada por forte crítica, especialmente em relação às limitações estruturais do MEI: “O MEI só tem o ônus, o bônus você não tem nenhum”. Além

disso, aponta a rigidez na transição entre regimes tributários: “Se você ultrapassar o limite [...] você cai da frigideira direto no fogo”. Esse relato evidencia que, mesmo quando acessadas, as políticas públicas podem apresentar fragilidades que limitam sua efetividade, especialmente no que se refere à progressão e crescimento dos empreendimentos.

O caso do **Empreendedor 4** apresenta uma crítica ainda mais incisiva, relacionada diretamente à atuação do poder público no contexto local. Atuando em um mercado público, o entrevistado relata a ausência de serviços básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado: “Eu tenho que pagar segurança semanalmente [...] tenho que pagar o pessoal da limpeza porque senão eles não limpam”. Além disso, demonstra descrença nas instituições públicas e receio de buscar apoio: “Se você for ligar para fazer algum tipo de reclamação as chances de sua loja ser queimada ou perder a loja é muito grande”. Esse relato evidencia uma fragilidade institucional significativa, na qual o empreendedor não apenas deixa de receber apoio, mas também assume responsabilidades que deveriam ser públicas, reforçando um cenário de abandono estatal.

Foto 2 - Loja do Empreendedor 4



Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

Por fim, o **Empreendedor 5** também não acessou políticas públicas, atribuindo isso à falta de informação e divulgação: “Essa informação não chegava [...] não ficava por dentro”. Ainda assim, reconhece o potencial dessas iniciativas: “Seria um ótimo para mim ter esses benefícios, algum auxílio”. E reforça a necessidade de maior visibilidade e incentivo: “Falta realmente mais opções de crédito, mais feirão, mais divulgação”.

De forma geral, os relatos convergem para três principais barreiras: desconhecimento das políticas públicas, dificuldade de acesso a crédito e insatisfação com os benefícios

oferecidos pelo regime do MEI. Observa-se que, mesmo entre aqueles que reconhecem a importância dessas políticas, há um distanciamento prático que impede sua utilização.

Essa realidade dialoga com a análise de Antunes (2019), ao evidenciar que o empreendedorismo, em contextos de precarização do trabalho, pode ser acompanhado por uma retração da proteção social. Nesse sentido, a formalização via MEI, embora represente um avanço institucional, não garante necessariamente acesso efetivo a direitos e suporte estatal.

Essa perspectiva é reforçada pelo caso do **Empreendedor 4**, no qual a ausência de atuação pública resulta na transferência direta de custos ao empreendedor, evidenciando uma inversão de responsabilidades. De forma complementar, conforme aponta Pochmann (2023), a expansão da economia de subsistência no Brasil ocorre paralelamente à insuficiência das políticas públicas, que não conseguem atender às demandas reais desses trabalhadores.

Cabe ressaltar que o desconhecimento geral afeta diretamente o acesso a iniciativas locais. Os empreendedores não relataram ciência ou tentativas de acessar programas específicos, como o Banco do Empreendedor da Prefeitura de João Pessoa, as linhas de microcrédito do Governo do Estado da Paraíba ou as capacitações direcionadas pelo SEBRAE-PB. Essa lacuna enriquece a crítica institucional, demonstrando falhas diretas na comunicação e na capilaridade das instituições públicas na região, que não conseguem fazer com que essas ferramentas alcancem quem mais necessita.

Dessa forma, conclui-se que, embora existam mecanismos formais de apoio ao empreendedorismo, seu alcance e efetividade permanecem limitados. Na prática, os empreendedores continuam enfrentando dificuldades estruturais, permanecendo expostos à vulnerabilidade e à insegurança econômica, o que reforça os limites das políticas públicas como instrumento de inclusão social no contexto analisado.

4.5 EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO SOCIAL

Segundo Dornelas (2018), o empreendedorismo pode promover autonomia e ascensão social. No entanto, seus efeitos variam conforme o contexto.

Quadro 5 - Impactos do empreendedorismo

Empreendedor	Autonomia	Melhoria de vida
Empreendedor 1	Parcial	Limitada

Empreendedor 2	Alta	Alta
Empreendedor 3	Baixa	Negativa
Empreendedor 4	Alta	Alta
Empreendedor 5	Média	Moderada

Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

A análise dos impactos do empreendedorismo na qualidade de vida dos entrevistados permite compreender em que medida essa atividade tem funcionado como estratégia de superação social, especialmente em contextos de vulnerabilidade e restrição de acesso ao mercado formal de trabalho. De modo geral, os relatos evidenciam uma realidade ambígua, na qual o empreendedorismo pode tanto ampliar a autonomia econômica quanto intensificar condições de sobrecarga e instabilidade.

Nesse sentido, a trajetória da **Empreendedora 1** revela avanços limitados e fortemente condicionados ao esforço individual. Ao comparar sua situação atual com o período anterior, marcado pela informalidade, a entrevistada destaca: “Eu trabalhava na informalidade. Então, os patrões pagavam o que me queriam da forma que queriam. Eu trabalhava muito e ganhava pouco”. Com a formalização, houve melhora na previsibilidade da renda, porém essa mudança veio acompanhada de intensificação da jornada de trabalho e perda de qualidade de vida: “Eu trabalho muito, mas não tenho lazer pra conseguir ter uma estrutura de vida um pouco melhor [...] eu não tenho nenhum lazer”. Além disso, ao refletir sobre sua autonomia, a entrevistada reconhece que o aumento da renda está diretamente condicionado ao aumento do trabalho: “Se você trabalha mais, você ganha mais. Mas aí também você fica mais cansado, desgaste mental, físico”. Esse caso evidencia que, embora o empreendedorismo proporcione certo nível de autonomia financeira, essa autonomia é limitada e sustentada por altos níveis de esforço, o que restringe seus efeitos como estratégia de superação social.

Em contraste, a **Empreendedora 2** apresenta uma trajetória mais próxima de mobilidade social, ainda que iniciada por necessidade. Seu relato evidencia que o empreendedorismo foi fundamental para romper com a dependência econômica e ampliar sua autonomia: “Eu dependia dele para ter as coisas [...] eu queria alguma forma de não depender”. Além disso, destaca melhorias concretas em sua qualidade de vida: “Eu consigo colocar elas em escolas particulares. Alimentação também conta muito, passeios, viagens [...] não encontro mais dificuldade em querer alguma coisa”. Somado a isso, a entrevistada

evidencia desenvolvimento de competências e organização financeira, o que contribui para a sustentabilidade do negócio. Nesse caso, o empreendedorismo assume um papel efetivo como estratégia de superação, permitindo não apenas geração de renda, mas também ampliação das possibilidades de consumo e bem-estar.

Por outro lado, o caso do **Empreendedor 3** evidencia os limites dessa perspectiva, ao demonstrar que o empreendedorismo pode resultar em deterioração das condições de vida. Embora destaque como aspecto positivo a proximidade com a família, sua realidade financeira é marcada por instabilidade e endividamento: “Em seis anos eu só acumulei dívida”. Além disso, o entrevistado reconhece que sua situação econômica piorou em relação ao período em que trabalhava no regime formal: “O retorno financeiro era muito melhor do que empreendendo”. Esse relato demonstra que o empreendedorismo, em determinados contextos, não apenas deixa de promover mobilidade social, como também pode aprofundar a vulnerabilidade econômica, evidenciando seu caráter limitado como estratégia de superação.

O **Empreendedor 4**, por sua vez, apresenta uma trajetória intermediária, na qual o empreendedorismo possibilitou ganhos em autonomia e melhoria nas condições de vida, especialmente no longo prazo. O entrevistado destaca avanços concretos: “Agora eu já consegui comprar uma moto, já consegui montar meu quarto, estou planejando tirar uma casa”. Além disso, enfatiza o ganho de autonomia em relação à organização do próprio tempo e às decisões profissionais: “Agora tudo sou só eu e eu mesmo”. Entretanto, também reconhece que essa estabilidade não foi imediata, sendo resultado de um processo gradual de adaptação e aprendizado. Esse caso evidencia que o empreendedorismo pode gerar resultados positivos, mas de forma progressiva e dependente da consolidação do negócio.

Por fim, o **Empreendedor 5** apresenta uma trajetória marcada por elementos tanto de realização pessoal quanto de limitação econômica. Seu relato evidencia a importância do empreendedorismo como meio de expressão e geração de renda: “Querida ganhar dinheiro com minha arte [...] fazer dinheiro com o que eu tenho”. Além disso, destaca ganhos em autonomia e capacidade de consumo: “Ter poder de compra em supermercado e coisas para casa”. No entanto, reconhece que sua atividade ainda não garante estabilidade financeira, sendo necessário lidar com oscilações de renda e complementar recursos, o que evidencia uma condição intermediária entre avanço e limitação.

De forma geral, com exceção do **Empreendedor 3**, os entrevistados associam o empreendedorismo ao aumento do poder de compra e à ampliação da autonomia econômica. Essa percepção pode ser compreendida à luz de Sen (2000), que associa o desenvolvimento à

ampliação das liberdades individuais, incluindo a capacidade de participar de transações econômicas e acessar bens e serviços.

Nesse sentido, o consumo emerge como um marcador relevante de inclusão social, sendo frequentemente utilizado pelos entrevistados como indicador de melhoria de vida. No entanto, os relatos também evidenciam uma contradição central: essa ampliação do poder de compra está, em muitos casos, diretamente associada à intensificação do trabalho.

A **Empreendedora 1** exemplifica essa contradição ao afirmar que trabalha excessivamente para garantir uma renda básica, abrindo mão de lazer e descanso. De forma semelhante, outros entrevistados indicam que a estabilidade financeira depende do volume de trabalho, o que reforça a relação direta entre esforço e sobrevivência.

Assim, o empreendedorismo de necessidade revela-se como uma estratégia ambígua: ao mesmo tempo em que possibilita avanços individuais, autonomia e ampliação do consumo, também pode reproduzir, e até intensificar, condições de precariedade, exigindo elevados níveis de esforço para manutenção de uma renda mínima.

Dessa forma, conclui-se que o empreendedorismo, no contexto analisado, não pode ser compreendido exclusivamente como instrumento de ascensão social, mas sim como uma estratégia limitada e condicionada às circunstâncias estruturais, na qual a superação da vulnerabilidade ocorre de maneira parcial, desigual e, muitas vezes, instável.

4.6 JORNADA DE TRABALHO, QUALIDADE DE VIDA E AUTOEXPLORAÇÃO

A análise da jornada de trabalho dos entrevistados é fundamental para compreender como o empreendedorismo impacta diretamente a qualidade de vida, especialmente no que se refere ao fenômeno da autoexploração, entendido como a intensificação do trabalho pelo próprio indivíduo como estratégia de manutenção da renda (ANTUNES, 2019).

Quadro 6 - Jornada de trabalho dos empreendedores

Empreendedor	Carga horária diária	Frequência semanal	Percepção sobre a carga de trabalho
Empreendedor 1	Até 24h (podendo chegar a 36h)	Variável (plantões)	Excessiva e exaustiva
Empreendedor 2	4h a 12h	Variável (maior carga aos fins de semana)	Controlada

Empreendedor 3	12h	Domingo a domingo	Excessiva e insustentável
Empreendedor 4	9h	Domingo a domingo	Intensa, mas aceitável
Empreendedor 5	Variável (6h mais tempo extra do negócio)	Contínua	Insuficiente financeiramente

Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

A análise dos dados evidencia que, embora o empreendedorismo proporcione autonomia sobre a própria rotina, essa flexibilidade frequentemente resulta em jornadas extensas, irregulares e, em muitos casos, exaustivas. Os relatos revelam que a liberdade de horário, frequentemente associada ao empreendedorismo, não significa necessariamente redução da carga de trabalho, mas sim sua intensificação.

A **Empreendedora 1** representa o caso mais extremo de autoexploração. Sua rotina ultrapassa os limites convencionais de trabalho, evidenciando uma sobreposição entre tempo de trabalho e tempo de descanso: “Eu trabalho 24 horas. Eu trabalho das 7 da manhã às 7 da manhã. [...] Às vezes até estendo até um pouco mais. Passo 36 horas [...] trabalho 36 horas e descanso seis. Então a carga horária não bate. Eu trabalho mais e descanso menos”. Além da intensidade da jornada, seu relato explicita os impactos diretos na qualidade de vida e nas relações pessoais: “Interfere porque praticamente eu não tenho tempo pra quase nada [...] às vezes eu não quero sair, eu não quero passear [...] eu quero só dormir”. E ainda reforça o caráter compulsório dessa sobrecarga: “Eu trabalho muito mais do que eu queria pra conseguir sobreviver [...] não é nem viver com conforto, é pra sobreviver”. Esse caso ilustra de forma clara o conceito de autoexploração, no qual o próprio trabalhador amplia sua jornada como única forma de garantir renda mínima.

O **Empreendedor 3** também apresenta uma situação crítica, marcada por uma rotina intensa e contínua: “Trabalho das 8 da manhã às 8 da noite. Dá 12 horas. Mas de domingo a domingo”. Mesmo com essa carga elevada, o retorno financeiro não acompanha o esforço: “Eu trabalho mais do que gostaria e não consigo manter renda nenhuma”. Além disso, a rotina impacta diretamente sua vida social: “Eu não tenho convívio de vida familiar com as outras pessoas, só com as pessoas que moram comigo, porque eu não tenho tempo de ir para canto nenhum”. Esse relato reforça a contradição central do empreendedorismo de necessidade: trabalha-se mais, porém sem garantia de melhoria nas condições de vida.

O **Empreendedor 4** também trabalha de forma contínua, com jornada extensa ao longo da semana: “Atualmente trabalho das 8 até às 17... trabalho 9 horas por dia de domingo a domingo”. Apesar disso, sua percepção é distinta, pois associa o empreendedorismo a maior autonomia: “Agora tudo sou só eu e eu mesmo”. Essa percepção do Empreendedor 4, que valida positivamente o trabalho de domingo a domingo em nome da autonomia, ilustra perfeitamente as reflexões de Richard Sennett (1999) e Ricardo Antunes (2019). Na sociologia do trabalho, a sensação de "ser o próprio chefe" atua, muitas vezes, como um mecanismo subjetivo que mascara e legitima jornadas abusivas. A autoexploração torna-se aceitável sob o véu de uma independência ilusória, ocultando a precarização das condições reais de vida.

Já a **Empreendedora 2** apresenta um cenário mais equilibrado, com maior controle sobre sua rotina: “Dependendo do dia, pode ser poucas horas, como quatro horas ou cinco horas [...] no final de semana pode ser mais horas, entre 10 a 12 horas”. Diferentemente dos demais, ela afirma não sentir sobrecarga. Esse caso demonstra que, quando há maior estabilidade financeira e organização, a flexibilidade do empreendedorismo pode, de fato, resultar em melhor qualidade de vida.

Por fim, o **Empreendedor 5** apresenta uma jornada híbrida, dividida entre trabalho formal e o próprio negócio: “Atualmente trabalho 6 horas por dia no estágio. Mas na ‘Hippiex’ seria o restante das horas... todo o tempo que for para vender a camisa”. Seu relato evidencia a diluição dos limites entre trabalho e tempo livre, característica comum no empreendedorismo.

4.7 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A análise dos dados obtidos ao longo deste estudo permite compreender o empreendedorismo de necessidade como um fenômeno complexo, marcado por contradições e fortemente condicionado por fatores estruturais. A partir das categorias analisadas: fatores motivacionais, condições socioeconômicas, acesso às políticas públicas, impactos na qualidade de vida e jornada de trabalho, observa-se um padrão consistente entre os entrevistados.

Em primeiro lugar, no que se refere aos fatores que levaram ao empreendedorismo, verificou-se que a decisão de empreender não decorre, majoritariamente, de uma escolha planejada ou orientada por oportunidade, mas sim de uma necessidade imposta pelas condições do mercado de trabalho. Os relatos evidenciam dificuldades de inserção no

emprego formal, experiências negativas sob o regime CLT e contextos pessoais que exigiram geração imediata de renda. Esse achado confirma a classificação proposta pelo GEM (2023), segundo a qual o empreendedorismo de necessidade surge como alternativa diante da ausência de oportunidades formais de trabalho.

No que diz respeito às condições socioeconômicas, os resultados demonstram que o empreendedorismo não garante, de forma uniforme, estabilidade financeira ou melhoria nas condições de vida. Enquanto alguns entrevistados conseguiram alcançar certo nível de organização e estabilidade, outros enfrentam endividamento, renda insuficiente e insegurança econômica persistente. Esse cenário reforça a análise de Standing (2013), que associa a expansão de formas de trabalho precárias ao aumento da insegurança econômica e à instabilidade das condições de vida.

Em relação ao acesso às políticas públicas, observou-se uma baixa adesão entre os participantes, marcada principalmente pelo desconhecimento, dificuldade de acesso e descrença na efetividade dessas iniciativas. Mesmo entre aqueles que reconhecem a importância dessas políticas, há uma percepção generalizada de que o suporte oferecido é insuficiente, especialmente no que se refere ao acesso a crédito, à proteção social e à transição entre regimes tributários. Esse resultado dialoga com Pochmann (2023), ao evidenciar a limitação das políticas públicas diante da expansão de uma economia popular caracterizada pela informalidade e pela baixa proteção social.

No que se refere ao empreendedorismo como estratégia de superação social, os dados revelam um caráter ambíguo. Para parte dos entrevistados, houve melhoria nas condições de vida, especialmente no aumento do poder de compra e na conquista de maior autonomia financeira. No entanto, esses avanços não se traduzem necessariamente em bem-estar, sendo frequentemente acompanhados por sobrecarga de trabalho, instabilidade e ausência de proteção social. Essa contradição pode ser compreendida à luz de Sen (2000), que associa a inclusão social à ampliação das capacidades e liberdades individuais, indicando que o acesso ao consumo, embora relevante, não é suficiente para garantir qualidade de vida.

Por fim, a análise da jornada de trabalho reforça a presença do fenômeno da autoexploração. A maioria dos entrevistados relata jornadas extensas, muitas vezes superiores às do trabalho formal, incluindo trabalho contínuo ao longo da semana e ausência de tempo para descanso e lazer. Nesses casos, a autonomia característica do empreendedorismo não reduz a carga de trabalho, mas transfere ao indivíduo a responsabilidade por intensificá-la como forma de garantir sua subsistência. Esse resultado confirma a análise de Antunes

(2019), que aponta para a internalização da lógica da exploração no contexto das novas configurações do trabalho.

Dessa forma, os resultados convergem para a compreensão de que o empreendedorismo de necessidade, no contexto analisado, não pode ser interpretado exclusivamente como uma alternativa de ascensão social. Ao contrário, ele se apresenta como uma estratégia de sobrevivência diante das limitações do mercado formal, reproduzindo, em muitos casos, condições de precariedade, instabilidade e insegurança.

Assim, confirma-se a hipótese central deste estudo: o empreendedorismo de necessidade atua de forma dual, sendo simultaneamente um mecanismo de superação econômica e um fator de manutenção da exclusão social. Essa ambiguidade evidencia a necessidade de uma análise crítica sobre o papel do empreendedorismo nas dinâmicas contemporâneas do trabalho, bem como a urgência de políticas públicas mais eficazes que promovam não apenas a formalização, mas também condições dignas e sustentáveis para os pequenos empreendedores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o empreendedorismo de necessidade no município de João Pessoa - PB, buscando compreender seus impactos enquanto estratégia de superação econômica e, simultaneamente, como mecanismo de manutenção da exclusão social. Para garantir que o escopo da pesquisa fosse plenamente atingido, realizou-se uma verificação sistemática dos objetivos propostos. No que concerne ao primeiro objetivo específico (identificar as motivações), constatou-se que o ingresso na atividade ocorreu majoritariamente como imposição pela ausência de trabalho formal. Quanto ao segundo objetivo (caracterizar o perfil socioeconômico), verificou-se um cenário heterogêneo onde o empreendedorismo não garantiu uniformemente a estabilidade, mantendo alguns empreendedores em estado de endividamento crítico. Em relação ao terceiro objetivo (dificuldades no acesso a políticas públicas), identificou-se que o desconhecimento e a burocracia são entraves severos para esse público. Avaliando o quarto objetivo (evidências de superação social), notou-se o paradoxo de que, embora haja aumento no poder de compra de alguns participantes, ele é inteiramente condicionado ao esforço exaustivo. Por fim, no que tange ao quinto objetivo (impactos da jornada de trabalho), confirmou-se que a busca por autonomia quase sempre resulta em processos de autoexploração e supressão de momentos de lazer e convívio familiar.

Conclui-se, portanto, sob a ótica teórica de Amartya Sen, que o empreendedorismo de necessidade em João Pessoa falha em promover de forma plena o "desenvolvimento como liberdade", uma vez que a privação de capacidades básicas, a falta de lazer e o endividamento geram uma nova forma de exclusão. Esse cenário aproxima os trabalhadores locais do conceito de precariado discutido por Guy Standing, onde a instabilidade é a regra. Como a pesquisa evidenciou diagnósticos latentes nas vidas dos sujeitos, como exaustão, barreiras institucionais e dívidas, faz-se imperativa a proposição de intervenções práticas pela via da Administração.

Sugere-se a criação de políticas públicas municipais descentralizadas, como feiras de serviços voltadas aos bairros periféricos de João Pessoa, a articulação de campanhas de comunicação lideradas pela Prefeitura em parceria com o SEBRAE - PB, e a formulação de linhas de microcrédito simplificadas e desburocratizadas.

Ressalta-se que a pesquisa apresenta limitações inerentes à sua natureza estritamente qualitativa. A amostra constituída por cinco entrevistados reflete uma realidade local profunda, porém restrita, o que impede a generalização estatística dos resultados para todo o

município de João Pessoa ou para o Estado da Paraíba. Diante disso, para dar seguimento ao debate, recomenda-se para investigações futuras a realização de um estudo quantitativo com uma amostra alargada de Microempreendedores Individuais (MEI) em João Pessoa, capaz de mensurar o nível médio de endividamento da categoria. Sugerem-se também estudos longitudinais que acompanhem o ciclo de vida e a taxa de mortalidade destas empresas de necessidade na região, fornecendo dados robustos para o aprimoramento contínuo das políticas de suporte.

REFERÊNCIAS

- ALLEMAND, Renato Neves. **Apostila sobre teoria comportamental empreendedora: características comportamentais empreendedoras (CCEs) ou motivação por realização.** Versão 2007. [S. l.: s. n.], 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Empreendedorismo não resolve desemprego e pode mascarar precarização, diz sociólogo.** [Entrevista cedida a] Leonardo Sakamoto. UOL Economia, São Paulo, 14 set. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empreendedorismo.htm>. Acesso em: 2 abr. 2026.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- CHAGAS, Rebeca Mírian Barroso de Moraes das. **Oportunidade ou necessidade: motivação empreendedora nos mercados públicos da Zona Norte da cidade de João Pessoa.** 2023. 25 f. Artigo Tecnológico (Graduação em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992.
- DOLABELA, Fernando. **Empreendedorismo no Brasil.** Revista Ibero-Americana de Estratégia, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 13–16, set. 2005.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- DRUCKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship).** São Paulo: Pioneira, 1987.
- FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios.** Revista de Administração, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.
- GALA, Paulo. **A teoria institucional de Douglass North.** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 276-292, abr./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/Szh6qfj6sfzHQ7KP7b4vPfM/?lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo 2023**. Curitiba: IBQP, 2023.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Global report 2025/2026: economy profile Brazil**. London: Global Entrepreneurship Research Association, 2025. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org>. Acesso em: 2 abr. 2026.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MCCLELLAND, David C. **The achieving society**. Princeton: Van Nostrand, 1961.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2023.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2023.

POCHMANN, Marcio. **O papel da legislação é não consolidar a precarização e a exploração do trabalhador**. [Entrevista cedida a] Marco Weissheimer. Sul21, Porto Alegre, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/entrevistas/2022/11/pochmann-o-papel-da-legislacao-e-nao-consolidar-a-precarizacao-e-a-exploracao-do-trabalhador/>. Acesso em: 2 abr. 2026.

POCHMANN, Marcio. **O que fazer diante da informalidade?** Outras Palavras, [S. l.], 23 jun. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/pochmann-o-que-fazer-diante-da-informalidade/>. Acesso em: 2 abr. 2026.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. **Estudo revela crescimento do empreendedorismo no Brasil como instrumento de inclusão social**. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/dados/estudo-revela-crescimento-do-empreendedorismo-no-brasil-como-instrumento-de-inclusao-social/>. Acesso em: 2 abr. 2026.

SEBRAE. **Políticas públicas de apoio aos pequenos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ (SEBRAE/PR). **Retrato do empreendedorismo no Brasil: GEM 2024/2025.**

Disponível em:

<https://sebraepr.com.br/impulsiona/retrato-do-empreendedorismo-no-brasil-gem-2024-2025/>.

Acesso em: 25 mar. 2026.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Tradução de Marcos Santarrita. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 310–321, maio/jun. 2014.

APÊNDICE A - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADOS PELOS PARTICIPANTES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa "O empreendedorismo de necessidade entre empreendedores no município de João Pessoa – PB como ferramenta de superação e exclusão social", que tem como objetivo analisar o empreendedorismo de necessidade, investigando seus efeitos como estratégia de superação econômica e, simultaneamente, como possível mecanismo de manutenção da vulnerabilidade social.

O projeto consiste em responder a uma entrevista semiestruturada, que poderá ser realizada de forma presencial ou remota (utilizando chamadas de áudio por meio do Google Meet ou WhatsApp). O roteiro da entrevista possui 19 perguntas abertas, divididas em seis blocos temáticos (perfil sociodemográfico, fatores motivacionais, condições socioeconômicas, políticas públicas, superação social e jornada de trabalho). A entrevista será gravada em áudio para garantir a fidelidade na hora da transcrição, de forma que sua participação deve durar, em média, de 10 a 40 minutos.

Seus dados de identificação serão resguardados. Suas respostas serão utilizadas apenas para este projeto acadêmico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e sua identidade será protegida através do uso de codificações (como Empreendedor 1, Empreendedor 2, etc.). Durante a execução do projeto não haverá benefícios diretos financeiros ao participante. O benefício esperado é dar visibilidade às condições vivenciadas pelos empreendedores locais. A pesquisa tem grande importância para a Ciência e o conhecimento, possibilitando reflexões que podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes pela Administração local e pelo Estado.

É possível que aconteçam riscos mínimos. Você poderá se sentir cansado ou constrangido ao responder perguntas sobre sua vida financeira, rotina de trabalho e vulnerabilidades sociais. Caso isso aconteça, poderá encerrar as respostas ou fazer uma pausa. De forma semelhante, se optar por desistir de participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento.

Outro risco está relacionado ao fluxo de dados em meio virtual (no caso das entrevistas remotas), em função das limitações das tecnologias utilizadas, relativo ao acesso criminoso (por hackers, por exemplo). Para minimizar esses riscos, os dispositivos utilizados pela pesquisadora possuem antivírus e os áudios e transcrições permanecerão em local seguro.

Após o término da análise, suas respostas serão mantidas em segurança por cinco anos

e, ao término deste período, os dados serão apagados definitivamente. Apesar dos cuidados, existem limitações técnicas para assegurar total anulação do potencial risco de violação ao banco de dados.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem direito de:

- Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
- Assistência durante toda pesquisa, bem como o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da sua participação.
- Recusar a participar do estudo, ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer qualquer prejuízo.
- Procurar por indenização, conforme determina a lei, caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo.
- Ter acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados), antes de responder as perguntas.
- Procurar esclarecimentos com a pesquisadora ou com a orientadora, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.
- Entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB, se achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como foi proposta, se sentir prejudicado(a) de alguma forma, ou se desejar maiores informações. O CEP tem a obrigação de revisar os protocolos de pesquisa, defendendo os interesses e a dignidade dos participantes.

Se concordar em participar da pesquisa, este documento será o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se você precisar de qualquer esclarecimento, entre em contato com as pesquisadoras responsáveis.


Nome da Aluna Pesquisadora: Myllene Carolinne Damasio Lourenço

E-mail: myllene.carolinne@academico.ifpb.edu.br


Nome da Profa. Orientadora: Dra. Rebeca Cordeiro da Cunha Araujo

E-mail: rebeca.araujo@ifpb.edu.br

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IFPB):**Telefone/WhatsApp:** (83) 99940-0685 (Secretária: Charya Charlotte Bezerra Advíncula)**Horário de atendimento ao público:** Segundas, terças e quartas-feiras, das 9h às 15h; e quintas e sextas-feiras, das 12h às 18h (exceto em dias de reunião do comitê).**João Pessoa/PB, 10 de junho de 2026.**

Documento assinado digitalmente
 **MARIA CECILIA DAMASIO RIBEIRO**
Data: 12/06/2026 11:34:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do(a) Participante

Documento assinado digitalmente
 **MYLLENE CAROLINNE DAMASIO LOURENCO**
Data: 15/06/2026 21:11:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Pesquisadora Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa "O empreendedorismo de necessidade entre empreendedores no município de João Pessoa – PB como ferramenta de superação e exclusão social", que tem como objetivo analisar o empreendedorismo de necessidade, investigando seus efeitos como estratégia de superação econômica e, simultaneamente, como possível mecanismo de manutenção da vulnerabilidade social.

O projeto consiste em responder a uma entrevista semiestruturada, que poderá ser realizada de forma presencial ou remota (utilizando chamadas de áudio por meio do Google Meet ou WhatsApp). O roteiro da entrevista possui 19 perguntas abertas, divididas em seis blocos temáticos (perfil sociodemográfico, fatores motivacionais, condições socioeconômicas, políticas públicas, superação social e jornada de trabalho). A entrevista será gravada em áudio para garantir a fidelidade na hora da transcrição, de forma que sua participação deve durar, em média, de 10 a 40 minutos.

Seus dados de identificação serão resguardados. Suas respostas serão utilizadas apenas para este projeto acadêmico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e sua identidade será protegida através do uso de codificações (como Empreendedor 1, Empreendedor 2, etc.).

Durante a execução do projeto não haverá benefícios diretos financeiros ao participante. O benefício esperado é dar visibilidade às condições vivenciadas pelos empreendedores locais. A pesquisa tem grande importância para a Ciência e o conhecimento, possibilitando reflexões que podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes pela Administração local e pelo Estado.

É possível que aconteçam riscos mínimos. Você poderá se sentir cansado ou constrangido ao responder perguntas sobre sua vida financeira, rotina de trabalho e vulnerabilidades sociais. Caso isso aconteça, poderá encerrar as respostas ou fazer uma pausa. De forma semelhante, se optar por desistir de participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento.

Outro risco está relacionado ao fluxo de dados em meio virtual (no caso das entrevistas remotas), em função das limitações das tecnologias utilizadas, relativo ao acesso criminoso (por hackers, por exemplo). Para minimizar esses riscos, os dispositivos utilizados pela pesquisadora possuem antivírus e os áudios e transcrições permanecerão em local seguro.

Após o término da análise, suas respostas serão mantidas em segurança por cinco anos

e, ao término deste período, os dados serão apagados definitivamente. Apesar dos cuidados, existem limitações técnicas para assegurar total anulação do potencial risco de violação ao banco de dados.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem direito de:

- Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
- Assistência durante toda pesquisa, bem como o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da sua participação.
- Recusar a participar do estudo, ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer qualquer prejuízo.
- Procurar por indenização, conforme determina a lei, caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo.
- Ter acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados), antes de responder as perguntas.
- Procurar esclarecimentos com a pesquisadora ou com a orientadora, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.
- Entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB, se achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como foi proposta, se sentir prejudicado(a) de alguma forma, ou se desejar maiores informações. O CEP tem a obrigação de revisar os protocolos de pesquisa, defendendo os interesses e a dignidade dos participantes.

Se concordar em participar da pesquisa, este documento será o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se você precisar de qualquer esclarecimento, entre em contato com as pesquisadoras responsáveis.


Nome da Aluna Pesquisadora: Myllene Carolinne Damasio Lourenço

E-mail: myllene.carolinne@academico.ifpb.edu.br


Nome da Profa. Orientadora: Dra. Rebeca Cordeiro da Cunha Araujo

E-mail: rebeca.araujo@ifpb.edu.br

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IFPB):**Telefone/WhatsApp:** (83) 99940-0685 (Secretária: Charya Charlotte Bezerra Advíncula)**Horário de atendimento ao público:** Segundas, terças e quartas-feiras, das 9h às 15h; e quintas e sextas-feiras, das 12h às 18h (exceto em dias de reunião do comitê).**João Pessoa/PB, 10 de junho de 2026.**

Documento assinado digitalmente
 PEDRO HENRIQUE RAMOS DA SILVA
Data: 12/06/2026 21:11:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) Participante

Documento assinado digitalmente
 MYLENE CAROLINNE DAMASIO LOURENCO
Data: 15/06/2026 21:11:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pesquisadora Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa "O empreendedorismo de necessidade entre empreendedores no município de João Pessoa – PB como ferramenta de superação e exclusão social", que tem como objetivo analisar o empreendedorismo de necessidade, investigando seus efeitos como estratégia de superação econômica e, simultaneamente, como possível mecanismo de manutenção da vulnerabilidade social.

O projeto consiste em responder a uma entrevista semiestruturada, que poderá ser realizada de forma presencial ou remota (utilizando chamadas de áudio por meio do Google Meet ou WhatsApp). O roteiro da entrevista possui 19 perguntas abertas, divididas em seis blocos temáticos (perfil sociodemográfico, fatores motivacionais, condições socioeconômicas, políticas públicas, superação social e jornada de trabalho). A entrevista será gravada em áudio para garantir a fidelidade na hora da transcrição, de forma que sua participação deve durar, em média, de 10 a 40 minutos.

Seus dados de identificação serão resguardados. Suas respostas serão utilizadas apenas para este projeto acadêmico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e sua identidade será protegida através do uso de codificações (como Empreendedor 1, Empreendedor 2, etc.). Durante a execução do projeto não haverá benefícios diretos financeiros ao participante. O benefício esperado é dar visibilidade às condições vivenciadas pelos empreendedores locais. A pesquisa tem grande importância para a Ciência e o conhecimento, possibilitando reflexões que podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes pela Administração local e pelo Estado.

É possível que aconteçam riscos mínimos. Você poderá se sentir cansado ou constrangido ao responder perguntas sobre sua vida financeira, rotina de trabalho e vulnerabilidades sociais. Caso isso aconteça, poderá encerrar as respostas ou fazer uma pausa. De forma semelhante, se optar por desistir de participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento.

Outro risco está relacionado ao fluxo de dados em meio virtual (no caso das entrevistas remotas), em função das limitações das tecnologias utilizadas, relativo ao acesso criminoso (por hackers, por exemplo). Para minimizar esses riscos, os dispositivos utilizados pela pesquisadora possuem antivírus e os áudios e transcrições permanecerão em local seguro.

Após o término da análise, suas respostas serão mantidas em segurança por cinco anos



e, ao término deste período, os dados serão apagados definitivamente. Apesar dos cuidados, existem limitações técnicas para assegurar total anulação do potencial risco de violação ao banco de dados.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem direito de:

- Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
- Assistência durante toda pesquisa, bem como o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da sua participação.
- Recusar a participar do estudo, ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer qualquer prejuízo.
- Procurar por indenização, conforme determina a lei, caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo.
- Ter acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados), antes de responder as perguntas.
- Procurar esclarecimentos com a pesquisadora ou com a orientadora, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.
- Entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB, se achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como foi proposta, se sentir prejudicado(a) de alguma forma, ou se desejar maiores informações. O CEP tem a obrigação de revisar os protocolos de pesquisa, defendendo os interesses e a dignidade dos participantes.

Se concordar em participar da pesquisa, este documento será o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se você precisar de qualquer esclarecimento, entre em contato com as pesquisadoras responsáveis.

Nome da Aluna Pesquisadora: Myllene Carolinne Damasio Lourenço

E-mail: myllene.carolinne@academico.ifpb.edu.br

Nome da Profa. Orientadora: Dra. Rebeca Cordeiro da Cunha Araujo

E-mail: rebeca.araujo@ifpb.edu.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Página 2 de 3

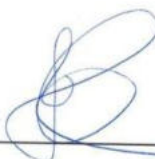


Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IFPB):

Telefone/WhatsApp: (83) 99940-0685 (Secretária: Charya Charlotte Bezerra Advíncula)

Horário de atendimento ao público: Segundas, terças e quartas-feiras, das 9h às 15h; e quintas e sextas-feiras, das 12h às 18h (exceto em dias de reunião do comitê).

João Pessoa/PB, 10 de junho de 2026.



Assinatura do(a) Participante



Documento assinado digitalmente
MYLENE CAROLINNE DAMASIO LOURENCO
Data: 15/06/2026 21:11:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Pesquisadora Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa "O empreendedorismo de necessidade entre empreendedores no município de João Pessoa – PB como ferramenta de superação e exclusão social", que tem como objetivo analisar o empreendedorismo de necessidade, investigando seus efeitos como estratégia de superação econômica e, simultaneamente, como possível mecanismo de manutenção da vulnerabilidade social.

O projeto consiste em responder a uma entrevista semiestruturada, que poderá ser realizada de forma presencial ou remota (utilizando chamadas de áudio por meio do Google Meet ou WhatsApp). O roteiro da entrevista possui 19 perguntas abertas, divididas em seis blocos temáticos (perfil sociodemográfico, fatores motivacionais, condições socioeconômicas, políticas públicas, superação social e jornada de trabalho). A entrevista será gravada em áudio para garantir a fidelidade na hora da transcrição, de forma que sua participação deve durar, em média, de 10 a 40 minutos.

Seus dados de identificação serão resguardados. Suas respostas serão utilizadas apenas para este projeto acadêmico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e sua identidade será protegida através do uso de codificações (como Empreendedor 1, Empreendedor 2, etc.).

Durante a execução do projeto não haverá benefícios diretos financeiros ao participante. O benefício esperado é dar visibilidade às condições vivenciadas pelos empreendedores locais. A pesquisa tem grande importância para a Ciência e o conhecimento, possibilitando reflexões que podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes pela Administração local e pelo Estado.

É possível que aconteçam riscos mínimos. Você poderá se sentir cansado ou constrangido ao responder perguntas sobre sua vida financeira, rotina de trabalho e vulnerabilidades sociais. Caso isso aconteça, poderá encerrar as respostas ou fazer uma pausa. De forma semelhante, se optar por desistir de participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento.

Outro risco está relacionado ao fluxo de dados em meio virtual (no caso das entrevistas remotas), em função das limitações das tecnologias utilizadas, relativo ao acesso criminoso (por hackers, por exemplo). Para minimizar esses riscos, os dispositivos utilizados pela pesquisadora possuem antivírus e os áudios e transcrições permanecerão em local seguro.

Após o término da análise, suas respostas serão mantidas em segurança por cinco anos

e, ao término deste período, os dados serão apagados definitivamente. Apesar dos cuidados, existem limitações técnicas para assegurar total anulação do potencial risco de violação ao banco de dados.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem direito de:

- Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
- Assistência durante toda pesquisa, bem como o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da sua participação.
- Recusar a participar do estudo, ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer qualquer prejuízo.
- Procurar por indenização, conforme determina a lei, caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo.
- Ter acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados), antes de responder as perguntas.
- Procurar esclarecimentos com a pesquisadora ou com a orientadora, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.
- Entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB, se achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como foi proposta, se sentir prejudicado(a) de alguma forma, ou se desejar maiores informações. O CEP tem a obrigação de revisar os protocolos de pesquisa, defendendo os interesses e a dignidade dos participantes.

Se concordar em participar da pesquisa, este documento será o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se você precisar de qualquer esclarecimento, entre em contato com as pesquisadoras responsáveis.

Nome da Aluna Pesquisadora: Myllene Carolinne Damasio Lourenço

E-mail: myllene.carolinne@academico.ifpb.edu.br


Nome da Profa. Orientadora: Dra. Rebeca Cordeiro da Cunha Araujo

E-mail: rebeca.araujo@ifpb.edu.br

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IFPB):**Telefone/WhatsApp:** (83) 99940-0685 (Secretária: Charya Charlotte Bezerra Advíncula)**Horário de atendimento ao público:** Segundas, terças e quartas-feiras, das 9h às 15h; e quintas e sextas-feiras, das 12h às 18h (exceto em dias de reunião do comitê).**João Pessoa/PB, 10 de junho de 2026.**

Documento assinado digitalmente
 MICHAEL LOURENCO DOS SANTOS
Data: 12/06/2026 20:44:16-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do(a) Participante

Documento assinado digitalmente
 MYLENE CAROLINNE DAMASIO LOURENCO
Data: 15/06/2026 21:11:48-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Pesquisadora Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa "O empreendedorismo de necessidade entre empreendedores no município de João Pessoa – PB como ferramenta de superação e exclusão social", que tem como objetivo analisar o empreendedorismo de necessidade, investigando seus efeitos como estratégia de superação econômica e, simultaneamente, como possível mecanismo de manutenção da vulnerabilidade social.

O projeto consiste em responder a uma entrevista semiestruturada, que poderá ser realizada de forma presencial ou remota (utilizando chamadas de áudio por meio do Google Meet ou WhatsApp). O roteiro da entrevista possui 19 perguntas abertas, divididas em seis blocos temáticos (perfil sociodemográfico, fatores motivacionais, condições socioeconômicas, políticas públicas, superação social e jornada de trabalho). A entrevista será gravada em áudio para garantir a fidelidade na hora da transcrição, de forma que sua participação deve durar, em média, de 10 a 40 minutos.

Seus dados de identificação serão resguardados. Suas respostas serão utilizadas apenas para este projeto acadêmico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e sua identidade será protegida através do uso de codificações (como Empreendedor 1, Empreendedor 2, etc.). Durante a execução do projeto não haverá benefícios diretos financeiros ao participante. O benefício esperado é dar visibilidade às condições vivenciadas pelos empreendedores locais. A pesquisa tem grande importância para a Ciência e o conhecimento, possibilitando reflexões que podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes pela Administração local e pelo Estado.

É possível que aconteçam riscos mínimos. Você poderá se sentir cansado ou constrangido ao responder perguntas sobre sua vida financeira, rotina de trabalho e vulnerabilidades sociais. Caso isso aconteça, poderá encerrar as respostas ou fazer uma pausa. De forma semelhante, se optar por desistir de participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento.

Outro risco está relacionado ao fluxo de dados em meio virtual (no caso das entrevistas remotas), em função das limitações das tecnologias utilizadas, relativo ao acesso criminoso (por hackers, por exemplo). Para minimizar esses riscos, os dispositivos utilizados pela pesquisadora possuem antivírus e os áudios e transcrições permanecerão em local seguro.

Após o término da análise, suas respostas serão mantidas em segurança por cinco anos



e, ao término deste período, os dados serão apagados definitivamente. Apesar dos cuidados, existem limitações técnicas para assegurar total anulação do potencial risco de violação ao banco de dados.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem direito de:

- Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
- Assistência durante toda pesquisa, bem como o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da sua participação.
- Recusar a participar do estudo, ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer qualquer prejuízo.
- Procurar por indenização, conforme determina a lei, caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo.
- Ter acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados), antes de responder as perguntas.
- Procurar esclarecimentos com a pesquisadora ou com a orientadora, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.
- Entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB, se achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como foi proposta, se sentir prejudicado(a) de alguma forma, ou se desejar maiores informações. O CEP tem a obrigação de revisar os protocolos de pesquisa, defendendo os interesses e a dignidade dos participantes.

Se concordar em participar da pesquisa, este documento será o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se você precisar de qualquer esclarecimento, entre em contato com as pesquisadoras responsáveis.

Nome da Aluna Pesquisadora: Myllene Carolinne Damasio Lourenço

E-mail: myllene.carolinne@academico.ifpb.edu.br

Nome da Profa. Orientadora: Dra. Rebeca Cordeiro da Cunha Araujo

E-mail: rebeca.araujo@ifpb.edu.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Página 2 de 3

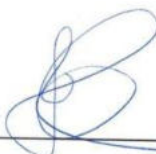


Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IFPB):

Telefone/WhatsApp: (83) 99940-0685 (Secretária: Charya Charlotte Bezerra Advíncula)

Horário de atendimento ao público: Segundas, terças e quartas-feiras, das 9h às 15h; e quintas e sextas-feiras, das 12h às 18h (exceto em dias de reunião do comitê).

João Pessoa/PB, 10 de junho de 2026.



Assinatura do(a) Participante

gov.br

Documento assinado digitalmente
MYLLENE CAROLINNE DAMASIO LOURENCO
Data: 15/06/2026 21:11:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA - EMPREENDEDORISMO DE NECESSIDADE

Bloco 1 - Perfil sociodemográfico

1. Qual sua idade, estado civil e nível de escolaridade?
2. Há quanto tempo você empreende e qual é sua atividade atual?
3. O seu negócio possui CNPJ?

Bloco 2 - Compreender os fatores que levaram ao empreendedorismo (Alinhado ao objetivo 1)

1. O que te levou a iniciar esse negócio?
2. Antes de empreender, você tentou trabalhar no mercado formal? Como foi essa experiência?
3. Você considera que começou por escolha ou por necessidade? Por quê?

Bloco 3 - Condições socioeconômicas (Alinhado ao objetivo 2)

1. Esse negócio é sua principal fonte de renda? A renda é suficiente para suas necessidades?
2. Você costuma fazer algum tipo de controle financeiro (anotações, planejamento, organização)?
3. Você separa o dinheiro do negócio do seu dinheiro pessoal? Como funciona isso na prática?

Bloco 4 - Políticas públicas (Alinhado ao objetivo 3)

1. Você já buscou algum tipo de apoio ou política pública para o seu negócio?
2. Quais dificuldades você encontrou ao tentar acessar esse tipo de apoio?

3. Na sua opinião, o que falta nas políticas públicas para ajudar empreendedores como você?

Bloco 5 - Superação social (Alinhado ao objetivo 4)

1. Depois que você começou a empreender, houve mudanças na sua qualidade de vida? Em que sentido?
2. Você sente que ganhou mais autonomia financeira? De que forma?
3. Você percebe que desenvolveu habilidades (como lidar com pessoas, vender, organizar)? Quais?

Bloco 6 - Jornada, qualidade de vida e autoexploração (Alinhado ao objetivo 5)

1. Como é sua rotina de trabalho? Quantas horas por dia você trabalha?
2. O trabalho interfere na sua vida pessoal ou familiar? Como?
3. Você sente que precisa trabalhar mais do que gostaria para manter sua renda?


Pergunta final:

Se você tivesse outra oportunidade de trabalho hoje, continuaria empreendendo ou escolheria outro caminho? Por quê?

**APÊNDICE C - ESTRUTURA DE REFERÊNCIA PARA A ANÁLISE DE DADOS
QUALITATIVOS**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE	PERGUNTAS DO ROTEIRO (ENTREVISTA)
Compreender os principais fatores que levaram os empreendedores a iniciarem seus negócios	Fatores motivacionais para o empreendedorismo	O que te levou a iniciar esse negócio? / Antes de empreender, você tentou trabalhar no mercado formal? Como foi essa experiência? / Você considera que começou por escolha ou por necessidade? Por quê?
Identificar as condições socioeconômicas dos empreendedores	Condições socioeconômicas e organização financeira	Esse negócio é sua principal fonte de renda? / A renda é suficiente para suas necessidades? / Você costuma fazer controle financeiro? / Você separa o dinheiro do negócio do seu dinheiro pessoal? Como funciona na prática?
Analisar as dificuldades enfrentadas no acesso a políticas públicas	Acesso a políticas públicas e barreiras institucionais	Você já buscou algum tipo de apoio ou política pública? / Quais dificuldades encontrou? Na sua opinião, o que falta nas políticas públicas para ajudar empreendedores como você?
Investigar os elementos de superação social proporcionados pelo empreendedorismo	Impactos do empreendedorismo na qualidade de vida, autonomia e desenvolvimento de habilidades	Houve mudanças na sua qualidade de vida após empreender? Em que sentido? / Você sente que ganhou autonomia financeira? De que forma? / Você percebe que desenvolveu habilidades? Quais?
Analisar o impacto da jornada de trabalho na qualidade de vida e nas relações familiares	Jornada de trabalho, qualidade de vida e autoexploração	Como é sua rotina de trabalho? Quantas horas por dia você trabalha? / O trabalho interfere na sua vida

		pessoal ou familiar? Como? / Você sente que precisa trabalhar mais do que gostaria para manter sua renda?
--	--	---

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus João Pessoa - Código INEP: 25096850
	Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, CEP 58015-435, João Pessoa (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0002-56 - Telefone: (83) 3612.1200

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Versão final TCC

Assunto:	Versão final TCC
Assinado por:	Myllene Lourenco
Tipo do Documento:	Anexo
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Myllene Carolinne Damasio Lourenco, DISCENTE (20221460030) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA**, em 16/06/2026 21:10:06.

Este documento foi armazenado no SUAP em 16/06/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1891136

Código de Autenticação: ce3221d6ee

